

## INTERAÇÃO ENTRE FOCO, MORFOLOGIA E CONTROLE EM PB: EVIDÊNCIAS ADICIONAIS PARA A TEORIA DE CONTROLE POR MOVIMENTO<sup>1</sup>

por Maximiliano Guimarães (UFPR) e Gesoel Mendes (UFPR)

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar sentenças do tipo “Pedro quer ELE consertar o carro” em Português Brasileiro. Nessas construções, o sujeito de uma oração encaixada infinitiva é realizado por um DP com propriedades morfofonológicas de pronome nominativo, necessariamente correferente ao sujeito da matriz (tal qual numa estrutura de controle, aparentemente violando o Princípio B da Teoria de Ligação). Calcada na Teoria Movimento por Cópia e na Teoria de Controle por Movimento, nossa análise deriva essas propriedades da interação entre: (i) focalização; (ii) a dinâmica de apagamento de elos de cadeia; e (iii) morfologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Controle, Movimento, Foco, Pseudo-Pronome

### 1. INTRODUÇÃO

Esta investigação, conduzida no quadro teórico da Gramática Gerativo-Transformacional, tem como objeto de estudo sentenças do Português Brasileiro (doravante, PB) do tipo “*Pedro quer ELE consertar o carro*”. Nessas construções, o sujeito de uma oração encaixada infinitiva é realizado por um DP com propriedades morfofonológicas de pronome nominativo, necessariamente correferente ao sujeito da matriz.

Isso é surpreendente, pois o contexto estrutural global da construção exibe características que tornariam impossível o sujeito da oração encaixada ter as propriedades que tem. De acordo com o princípio B da Teoria de Ligação, a correferência entre o sujeito da encaixada infinitiva e o sujeito

---

1. Primeiramente, somos gratos a Norbert Hornstein pelos comentários feitos a um esboço desse trabalho em 2010. Agradecemos também a alguns participantes do X CELSUL (Unioeste, Cascavel-PR, outubro de 2012) por comentários e discussões que nos ajudaram a clarificar alguns detalhes. São eles: Maria Cristina Figueiredo-Silva, João Paulo Lazzarini Cyrino, Marcus Lunguinho, Sérgio Menuzzi e Gabriel Othero. Nossa pesquisa se beneficiou ainda da interlocução com Mariana Trautwein, que, em sua dissertação de mestrado recente (Trautwein 2013), seguiu a trilha aberta por essa nossa hipótese, testando-a em construções significativamente mais complexas, fornecendo-nos novas generalizações empíricas que retroalimentaram a nossa idéia original. Agradecemos também a Cilene Rodrigues, pelos comentários que ela fez a essa nossa pesquisa por ocasião do exame de qualificação de Mariana Trautwein em 2012. Finalmente, agradecemos a dois pareceristas anônimos desta revista por observações bastante pertinentes.

da matriz deveria ser proibida nesse caso, pois o domínio de ligação do pronome é toda a sentença matriz, devido ao fato de a encaixada ser não-finita e o sujeito da matriz c-comandar o sujeito da encaixada. Surpreendentemente, nos exemplos em questão, a correferência não apenas é possível, como é obrigatória.

Além disso, o fato de a sentença encaixada ser não-finita deveria impedir que seu sujeito exibisse caso nominativo. Aliás, não deveria poder exibir caso algum, dado que evidências independentes apontam que essa configuração específica não licencia marcação excepcional de caso pelo verbo da matriz (ou por sua estrutura funcional associada). Esperaríamos, portanto, que tal tipo de sentença não existisse. Sua existência nos obriga a seguir um dos seguintes caminhos de uma bifurcação teórico-metodológica: (i) tomar os dados em questão como contra-exemplos fatais para as ferramentas teórico-analíticas relevantes, forçando-nos a substituí-las por outras (o que implica numa reformulação substancial de todo o quadro teórico, ou de seu abandono em prol de outro); ou (ii) investigar os detalhes dessas construções, e tomar as suas propriedades superficiais inesperadas como consequência da interação entre os mecanismos tradicionais que regulam ligação e caso usualmente e outros fatores intervenientes que mascaram os efeitos esperados dos mecanismos tradicionais.

Demonstraremos, aqui, que o segundo caminho é a rota mais curta e mais segura rumo à solução do impasse. Descritivamente falando, nessas estruturas, o sujeito da encaixada seria uma espécie de “pronome controlado”, ou um “PRO com morfofonologia de pronome”. Demonstraremos que o fator interveniente e mascarador em questão é a focalização sobre o sujeito da encaixada, que é condição necessária para que ele exiba essa morfofonologia de pronome nominativo e para que ele seja correferente ao sujeito da matriz. Defendemos que essa interação entre Foco, Morfologia e Controle é evidência adicional para a *Teoria de Controle por Movimento* (cf. Hornstein 2001, Hornstein & Polinsky 2010, Boeckx, Hornstein & Nunes 2010b, *inter alia*), e para uma concepção de Focalização nos moldes de Menuzzi (2012).

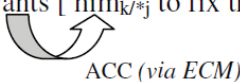
O restante deste artigo se estrutura da seguinte maneira. Na seção 2, apresentamos alguns fatos iniciais sobre Caso e Controle já bastante conhecidos, com o propósito de situar o nosso objeto de estudo num contexto mais amplo de fenômenos e mecanismos gramaticais. A seção 3 traz as principais descrições e generalizações empíricas que constituem o foco da nossa investigação. Na seção 4, resumimos as questões analíticas que emergem a partir dos dados apresentados na seção anterior, e os impasses que surgem se os tratarmos a partir de uma concepção tradicional de Controle. Na seção 5, apresentamos os ingredientes básicos da nossa análise, baseando-nos na *Teoria de Controle por Movimento*. Nas seções 6 e 7, elaboramos os detalhes finos da nossa análise, testando suas previsões empíricas. A seção 8 resume e sistematiza os resultados obtidos até então, apontando direcionamentos para investigações futuras. A seção 9 traz fatos adicionais, que mostramos ser compatíveis com a nossa análise. Finalmente, apresentamos a nossa conclusão na seção 10.

## 2. FATOS INICIAIS E CONCLUSÕES PRELIMINARES SOBRE CASO E CONTROLE

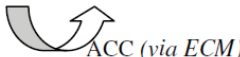
Embora o nosso objeto de estudo seja, em primeira instância, construções do Português Brasileiro (PB), cabe iniciar a discussão com dados do inglês para subseqüente comparação.

Os dados em (01) evidenciam que **want** é um verbo-ECM em inglês, permitindo que o sujeito da oração encaixada infinitiva cheque caso ACC.

(01) a: { Peter<sub>j</sub> wants [ him<sub>k/\*j</sub> to fix the car ] }




b: { Peter<sub>j</sub> wants [ himself<sub>j/\*k</sub> to fix the car ] }

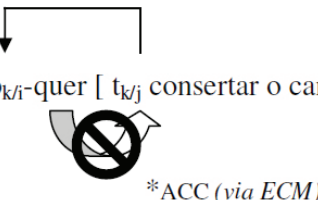


Os dados análogos do PB em (02a), (02a') e (02b) evidenciam que **querer** não é um verbo-ECM em PB (diferentemente do inglês), não permitindo que o sujeito da oração encaixada infinitiva tenha seu traço de caso ACC não-interpretável checado (apagado/eliminado),<sup>2</sup> o que tornaria todos esses três dados do PB agramaticais.<sup>3</sup>

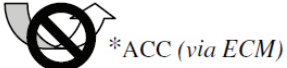
(02) a: \* { Pedro<sub>j</sub> quer [ ele<sub>k/j</sub> consertar o carro ] }



a': \* { Pedro<sub>j</sub> o<sub>k/i</sub>-quer [ t<sub>k/j</sub> consertar o carro ] }



b: \* { Pedro<sub>j</sub> quer [ se<sub>j/k</sub> consertar o carro ] }



A agramaticalidade dos dados do PB acima (cf. (02a), (02a') e (02b)), bem como a possibilidade, em inglês, de o sujeito da oração encaixada infinitiva ter o seu traço de caso ACC não-interpretável checado (apagado/eliminado) (cf. (01a) e (01b)), estaria atrelada ao fato de a posição de Spec/IP de uma encaixada infinitiva realmente não permitir checagem (apagamento/eliminação) de traços de caso NOM não-interpretáveis, o que é amplamente aceito. Os dados em (03) e (04) corroboram essa visão consensual.<sup>4</sup>

2. Discutiremos adiante (cf. Seções 9.1 e 9.2) a possibilidade de querer-se comportar como verbo ECM em outras construções, com subordinadas gerundivas ou participiais.

3. Impossibilidade de coreferência entre os sujeitos da matriz e da encaixada em (04) não é algo que se segue trivialmente da Teoria de Ligação, apenas. Afinal, espera-se que a oração encaixada finita constitua um domínio de ligação, e o sujeito pronominal deveria ser livre naquele domínio.

4. Em realidade, a caracterização de PRO é mais complexa que isso. PRO seria [+anafórico,+pronominal], e o fato de ele não precisar de caso seria derivado disso (modulo Teorema de PRO, cf. Chomsky (1981: 191), Lasnik & Uriagereka (1988: 52-54)).

- (03) a: \* { Peter<sub>j</sub> wants [ he<sub>k/j</sub> to fix the car ] } ENCAIXADA INFINITIVA  
(INGLÊS)  
\*<sub>NOM</sub>
- b: \* { Pedro<sub>j</sub> quer [ ele<sub>k/j</sub> consertar o carro ] } ENCAIXADA INFINITIVA  
(PB)  
\*<sub>NOM</sub>
- (04) a: { Peter<sub>j</sub> wants { that he<sub>k/\*j</sub> fix the car } } ENCAIXADA FINITA  
(INGLÊS)  
NOM
- b: { Pedro<sub>j</sub> quer { que ele<sub>k/\*j</sub> conserte o carro } } ENCAIXADA FINITA  
(PB)  
NOM

Diante de tudo o que foi exposto acima, não surpreende que a estrutura básica em (04) seja possível tanto em inglês como em PB (ambas com o verbo da oração encaixada no modo subjuntivo), independente do caráter ECM do verbo da matriz. Pelos cânones da Teoria de Princípios e Parâmetros clássica, a categoria vazia na posição de sujeito da encaixada infinitiva seria um PRO, que é inerentemente “silencioso”, não precisa receber/checar caso, e tem comportamento anafórico (i.e. deve obedecer o Princípio A).<sup>5</sup> Nos dois exemplos em (05), PRO seria controlado pelo sujeito da matriz, estando ambos numa relação de c-comando e coindexação, de acordo com o Princípio A da Teoria de Ligação.

- (05) a: { Peter<sub>j</sub> wants [ PRO<sub>j/\*k</sub> to fix the car ] }  
b: { Pedro<sub>j</sub> quer [ PRO<sub>j/\*k</sub> consertar o carro ] }

### 3. ALGUNS FATOS ADICIONAIS E GENERALIZAÇÕES EMPÍRICAS SOBRE FOCO, ACENTO E CORREFERÊNCIA

Os dados do inglês em (06) parecem triviais. Eles exibem padrões normais em relação a Caso (o sujeito da subordinada infinitiva é ACC) e Ligação (quando pronominal, o sujeito da subordinada infinitiva não é correferente ao sujeito matriz (*modulo* Princípio B) e quando anafórico tal co-referência é obrigatória (*modulo* Princípio A). Em adição a isso, apenas temos foco estreito recaindo sobre diferentes DPs da estrutura em cada caso, e o foco estreito é sempre acompanhado de um acento prosódico especial, mais proeminente que os demais da sentença.

5. Há outros dados que, ao menos em princípio, parece pertencer a esse mesmo paradigma. Tratam-se dos exemplos em que, em vez de ELE, tem-se ELE MESMO (ou ELE PRÓPRIO) como constituinte focalizado, retomando anaforicamente o sujeito da matriz (o mesmo ocorre com NÓS MESMOS, VOCÊ MESMO, EU MESMO, etc). Essas estruturas encontram paralelo no inglês (e.g. HE HIMSELF, THEY THEMSELVES, WE OURSELVES, etc, incluindo ME MYSELF, que foge ao padrão por exibir ME (ACC) em vez de I (NOM) nos mesmos contextos de ECM. Essas estruturas não serão abordadas no presente trabalho, mas estão dentro do escopo da nossa pesquisa maior. De saída, apontamos que as distribuições de ELE e ELE MESMO não são idênticas (e.g. Pedro quer consertar o carro ELE MESMO, versus \*Pedro quer consertar o carro ELE, entre outros contrastes, incluindo a não obrigatoriedade de foco sobre as formas do tipo “ele mesmo”, como em: Pedro quer consertar ele mesmo O CARRO, e não o ônibus). Recomendamos a leitura de Lazzarini Cyrino (2012) a respeito das propriedades desses elementos anafóricos do tipo ELE MESMO, lexicalmente mais complexos, comparando PB com outras línguas, também adotando a Teoria de Controle por Movimento (cf. Seção 5 adiante) como base, além Teoria da Morfologia Distribuída (cf. Hale & Marantz 1993, 1994, e trabalhos subsequentes).

- (06) a: { **PETER**<sub>j</sub> wants [ him<sub>k/\*j</sub> to fix the car ] }  
 b: { Peter<sub>j</sub> wants [ **HIM**<sub>k/\*j</sub> to fix the car ] }  
 c: { Peter<sub>j</sub> wants [ **HIMSELF**<sub>j/\*k</sub> to fix the car ] }  
 d: { Peter<sub>j</sub> wants [ (him<sub>k/\*j</sub>/himself<sub>j/\*k</sub>) to fix **THE CAR** ] }

Diferentemente do dados do inglês acima, o paradigma análogo em PB exhibe propriedades bastante surpreendentes e intrigantes à primeira vista. Os exemplos (07a) e (07c) – repetidos de (02a) e (02b) acima, respectivamente – têm uma explicação trivial, conforme discutido acima. O exemplo (07b), entretanto, parece “quebrar o paradigma” de modo gritante.<sup>6</sup>

- (07) a:<sup>7</sup> \* { **PEDRO**<sub>j</sub> quer [ ele<sub>k/j</sub> consertar o carro ] }  
 b:<sup>8</sup> { Pedro<sub>j</sub> quer [ **ELE**<sub>j/\*k</sub> consertar o carro ] }  
 c: \* { Pedro<sub>j</sub> quer [ **SE**<sub>j</sub> consertar o carro ] } (= (02c))

Conforme as evidências em (02) acima, vimos que **querer** não é um verbo-ECM em PB (diferentemente do inglês).<sup>9</sup> Conforme as evidências em (03) acima, vimos e que a posição de Spec/IP de uma encaixada infinitiva realmente não checa caso NOM. Portanto, como é que o exemplo (07b) seria possível em PB, pra início de conversa? Como o sujeito da encaixada (i.e. ELE) teria seu caso checado?

Diante do fato de que (07b) é possível em PB, como damos conta da sua interpretação? Note que o sujeito da encaixada (i.e. ELE) deve necessariamente ser correferente ao sujeito da matriz.

O que houve com o velho e bom Princípio B em (07b) no PB? Note que o Princípio B é obedecido nos exemplos análogos do inglês (i.e. (01a) e (06b)).

Parece que temos aqui uma instância de um “pronome controlado”, ou de um “PRO disfarçado de pronome em PF”, pois a correferência aqui é obrigatória, como se esse DP aparentemente pronominal (ao menos na sua morfofonologia) fosse anafórico (em LF).

O contraste entre (07b) e (02a) – repetidos em (08) abaixo – revela que esse tipo de estrutura (com algo que aparenta ser um “pronome nominativo” no sujeito de uma encaixada infinitiva) só é possível quando há foco estreito incidindo sobre ele (juntamente com o acento prosódico típico de foco).

- (08) a: \* { Pedro<sub>j</sub> quer [ ele<sub>i/k</sub> consertar o carro ] }  
 b: { Pedro<sub>j</sub> quer [ **ELE**<sub>j/\*k</sub> consertar o carro ] }

7. Compare-se (07b) a (02a), (02a'), (01a) e (06b), repetidos abaixo:

(02a) \*{ Pedro<sub>j</sub> quer [ elek<sub>j</sub> consertar o carro ] }  
 (02a') \*{ Pedro<sub>j</sub> ok/i-quer [ tk<sub>j</sub> consertar o carro ] }  
 (01a) { Peter<sub>j</sub> wants [ himk<sub>j</sub> to fix the car ] }  
 (06b) { Peter<sub>j</sub> wants [ HIMk<sub>j</sub> to fix the car ] }

8. cf. nota 2 acima.

9. É nesse exatamente nesse ponto que reside o nosso argumento central de que os dados em questão são evidência para a Teoria de Controle por Movimento. Pode-se, em princípio, hipotetizar que, nos dados relevantes, houve uma remorfofonologização de PRO, mas isso não explica o porquê de o caso do pseudo-pronome ser NOM, fato que se segue trivialmente de uma análise baseada em movimento, como ficará claro adiante.

Abaixo, vemos outros pares de exemplo que exibem o mesmo contraste.

- (09) a: \* { Os professores<sub>j</sub> querem [ eles<sub>j/k</sub> pintar as paredes da escola ] }  
b: { Os professores<sub>j</sub> querem [ **ELES**<sub>j/\*k</sub> pintar as paredes da escola ] }
- (10) a: \* { Vocês<sub>j</sub> querem [ vocês<sub>j</sub> apagar as luzes ] } ?  
b: { Vocês<sub>j</sub> querem [ **VOCÊS**<sub>j</sub> apagar as luzes ] } ?
- (11) a: \* { Eu<sub>j</sub> quero [ eu<sub>j</sub> cortar o meu cabelo ] }  
b: { Eu<sub>j</sub> quero [ **EÚ**<sub>j</sub> cortar o meu cabelo ] }
- (12) a: \* { Nós<sub>j</sub> queremos [ nós<sub>j</sub> trocar a fechadura da porta ] }  
b: { Nós<sub>j</sub> queremos [ **A GENTE**<sub>j</sub> trocar a fechadura da porta ] }

#### 4. SUMARIZANDO AS CONSTATAÇÕES PARCIAIS E DIAGNOSTICANDO O PROBLEMA

Em suma, todos os casos intrigantes que discutimos acima envolvem um verbo de controle que toma como complemento uma subordinada infinitiva. O sujeito dessa subordinada é realizado por algo que parece ser um pronome nominativo (por sua morfofonologia) mas que tem comportamento anafórico. Não obedece ao Princípio B. Claramente esse “pseudo pronome” é controlado pelo sujeito da matriz. Descritivamente falando, é como se tivéssemos naquela posição um PRO disfarçado com uma morfofonologia de pronome. Um aspecto crucial dessas construções é que esse “PRO disfarçado de pronome” necessariamente é o foco da sentença, e sobre ele recai um acento prosódico especial.

Se tomarmos o sujeito da encaixada infinitiva dos casos relevantes como um pronome genuíno, então como explicamos o seu comportamento anafórico? (i.e. satisfazendo o Princípio A e violando o Princípio B). Além disso, como explicar a relação estreita entre esse comportamento anafórico e a focalização?

Se tomarmos o sujeito da encaixada infinitiva dos casos relevantes como um PRO que foi submetido a uma operação morfofonológica especial que o tornou homófono a um pronome, então como explicamos o fato de que essa morfofonologia de pronome é sempre nominativa?<sup>10</sup> Além disso, como explicar a relação estreita entre essa morfofonologização especial e a focalização?

#### 5. INGREDIENTES TEÓRICOS E DIREÇÕES ANALÍTICAS

A análise que propomos para os fatos descritos nas Seções 2 e 3 acima, e que soluciona os impasses na Seção 4 acima, é construída no âmbito da *Teoria de Controle por Movimento* (cf. Hornstein 1999, 2001, 2003, 2007; Boeckx & Hornstein 2003, 2004, 2006a, 2006b, 2007; Boeckx, Hornstein & Nunes 2007, 2008, 2010a, 2010b; Hornstein & Polinsky 2010a, 2010b; Rodrigues 2004a, 2004b, 2007,

---

10. Dados como (i) e (ii) abaixo dão suporte empírico para idéia de que parecer não atribui papel temático a um argumento externo. Em inglês, isso é mais transparente que em PB, por conta do expletivo.

(i) Parece que Pedro gosta do vizinho. (PB)

(ii) It seems that Peter likes his neighbor. (inglês)

2010; Rodrigues & Hornstein 2011, *inter alia*). Em conclusão, sustentaremos que o fenômeno aqui estudado é evidência empírica adicional a favor de tal modelo.

### 5.1. Ponto de partida: cadeias com múltiplos papéis temáticos

Exemplos do tipo (13a) e (13b), apesar de suas enormes semelhanças, são tradicionalmente analisados de forma significativamente diferente, tal como esboçado em (14a) e (14b), respectivamente.

- (13) a: Pedro quer gostar do vizinho (mas não consegue).  
b: Pedro parece gostar do vizinho (embora declare detestá-lo).
- (14) a: [<sup>IP</sup> Pedro<sub>1</sub> quer<sub>2</sub> [<sup>VP</sup> t<sub>1</sub> t<sub>2</sub> [<sup>IP</sup> PRO<sub>3</sub> gostar<sub>4</sub> [<sup>VP</sup> t<sub>3</sub> t<sub>4</sub> [<sup>PP</sup> do vizinho]]]]]]  
b: [<sup>IP</sup> Pedro<sub>1</sub> parece<sub>2</sub> [<sup>VP</sup> t<sub>2</sub> [<sup>IP</sup> t<sub>1</sub> gostar<sub>3</sub> [<sup>VP</sup> t<sub>1</sub> t<sub>3</sub> [<sup>PP</sup> do vizinho]]]]]]

Segundo a visão mais tradicional no âmbito da Teoria de Princípios e Parâmetros, (14a) seria uma estrutura de Controle, enquanto (14b) seria uma estrutura de alçamento.

Em (14a), o sujeito da oração matriz receberia um único papel temático, atribuído pelo verbo **quer** no âmbito do VP da matriz, ainda em Estrutura-D; sendo posteriormente movido para Spec/IP da matriz, onde receberia caso nominativo e licenciaria a morfologia de concordância do verbo matriz, além de satisfazer o EPP naquele domínio. O sujeito da oração encaixada seria a categoria vazia PRO, originalmente gerada no Spec/VP da encaixada, onde recebe um único papel temático, atribuído pelo verbo **gostar**, ainda em Estrutura-D. Em seguida, esse PRO seria movido para Spec/IP da encaixada, satisfazendo o EPP naquele domínio. Não haveria atribuição de caso nem estabelecimento de relação de concordância na oração encaixada, por se tratar de um domínio infinitivo. A relação de correferência entre o sujeito da matriz e o sujeito da encaixada se daria por Controle, fazendo com que [<sup>DP</sup> Pedro] seja interpretado simultaneamente como “gostador” e “queredor”, sem que, para isso, esse sujeito tenha dois papéis temáticos. A rigor, [<sup>DP</sup> Pedro] tem apenas o papel temático de “queredor”, mas acabar por denotar também o “gostador” em virtude de ser correferente ao PRO que denota o “gostador”.

Em (14b), o sujeito da oração matriz receberia um único papel temático, atribuído pelo verbo **gostar** no âmbito do VP da encaixada, ainda em Estrutura-D; sendo posteriormente movido para Spec/IP da matriz, onde receberia caso nominativo e licenciaria a morfologia de concordância do verbo matriz, além de satisfazer o EPP no domínio matriz. No caminho até sua posição final, [<sup>DP</sup> Pedro] passaria pela posição de Spec/IP da encaixada, satisfazendo o EPP no domínio encaixado (mas sem entrar em relações de concordância nem de caso). A posição de Spec/VP da matriz não seria ativada, uma vez que **parece** seria um verbo que não atribui papel temático a um argumento externo.<sup>11</sup>

A postulação de diferentes estruturas para (14a) e (14b) se advém fundamentalmente da adoção da premissa de que todas as gramáticas das línguas naturais incorporam um princípio de boa-formação, aplicável no nível de Estrutura-D: o *Critério Theta* (Chomsky 1981: 335), segundo o qual todo DP argumento deve receber um e apenas um papel temático, e todo papel temático deve ser atribuído a um e apenas um DP argumento.

11. Em ambas as estruturas em (15), usamos vestígios como meros atalhos notacionais. Entretanto, assim como os autores proponentes da Teoria de Movimento por Controle, assumimos que o movimentose dá nos termos da Teoria de Movimento por Cópia (cf. Chomsky 1995; Hornstein 1995, 2001; Nunes 1995, 1999, 2001 2004; Corver e Nunes 2007; *inter alia*), como ficará claro adiante.

Se abandonarmos essa premissa, abre-se a possibilidade para que possamos analisar (13a) e (13b) de modo análogo, através dos mesmos mecanismos, de modo que suas estruturas seriam praticamente idênticas, diferindo apenas quanto ao sujeito carregar dois papéis temáticos ou apenas um, como em (15a) e (15b), respectivamente, fato que se seguiria trivialmente da natureza do verbo matriz em cada caso.

- (15)<sup>12</sup> a: [IP Pedro<sub>1</sub> quer<sub>2</sub> [VP t<sub>1</sub> t<sub>2</sub> [IP t<sub>1</sub> gostar<sub>4</sub> [VP t<sub>1</sub> t<sub>4</sub> [PP do vizinho]]]]]  
 b: [IP Pedro<sub>1</sub> parece<sub>2</sub> [VP t<sub>2</sub> [IP t<sub>1</sub> gostar<sub>3</sub> [VP t<sub>1</sub> t<sub>3</sub> [PP do vizinho]]]]]

De acordo com a *Teoria de Controle por Movimento*, a adoção dessa análise unificada para ambos os casos não apenas é possível e desejável, como também é inevitável, diante dos avanços recentes da teoria, que apontam para a inviabilidade de se assumir o nível de representação Estrutura-D tal como antes. Uma vez que a arquitetura do sistema é reconcebida em Estrutura-D, não haveria mais lugar para o Critério Theta, exceto se o tomarmos como um axioma para o qual não haveria justificativa empírica nem teórica. Abandonado o Critério Theta, a hipótese nula passa a ser que cadeias de movimento com múltiplos papéis temáticos são não apenas possíveis, como também necessárias, e que a alegada diferença entre Controle e Alçamento não existiria, considerando que ambas as construções envolveriam movimento do sujeito da encaixada para o domínio matriz. Poderíamos falar em tal diferença apenas enquanto efeito colateral da pequena diferença entre as grades temáticas dos diferentes verbos matriz, fazendo com que a cadeia resultante tenha apenas um papel temático ou mais de um.

O argumento que acabamos de esboçar foi desenvolvido em detalhe em vários trabalhos da *Teoria de Controle por Movimento*. Abaixo, reproduzimos um fragmento de um deles, o qual apresenta os principais pontos dessa linha de raciocínio de modo claro e sintético.

[T]he PRO-free M[ovement]T[heory][of]C[ontrol] fits particularly well with [...] minimalist assumptions. The main reason for not adopting the MTC comes from the  $\theta$ -criterion prohibition against bearing multiple  $\theta$ -roles. As the PRO-free MTC requires that chains/expressions bear multiple  $\theta$ -roles it is incompatible with this. One reasonable question to ask is where the prohibition against multiple  $\theta$ -roles comes from. There is nothing conceptually odd about a single expression bearing many roles. Indeed variables can be pressed into service for exactly this purpose, and expressions like John  $\lambda x(x$  likes  $x$  to win) logically represent assigning John the liker and winner roles. So, the prohibition against multiple  $\theta$ -roles per expression is a syntactic restriction. What motivates it? The answer is: the classical conception of D-structure (DS). In GB, D-structure is the representation of the level of grammatical representation where all and only  $\theta$ -roles are filled. As lexical insertion precedes movement and as all and only  $\theta$ -positions can be occupied at DS the prohibition against an expression bearing multiple  $\theta$ -roles follows. In other words, the relevant part of the  $\theta$ -criterion is not axiomatic, but follows from how DS was conceived in GB [...].

12. Para facilitar a exposição, omitiremos aqui todo e qualquer detalhe sobre a estrutura fina do VP-shell. Portanto, abstrairmos a existência de uma projeção vP (Chomsky 1995) ou voiceP (Kratzer 1996) imediatamente acima de VP, que seria responsável pela checagem do caso ACC do irmão de V, bem como pela atribuição de papel-q AGENTE ao sujeito. Seguiremos com nossas notações arbóreas "retrô", ao estilo GB, mas nada na nossa análise é incompatível com essas concepções mais contemporâneas da estrutura fina do VP.



[O]ne of the innovations of minimalism since its inception (Chomsky 1995, Chapter 3) has been the elimination of DS as a level of grammatical representation. As DS and its properties are what underlie the prohibition against multiple  $\theta$ -roles, its elimination opens up a possibility that was heretofore unavailable, viz. an expression's bearing multiple  $\theta$ -roles. In this sense, then, this is yet one more way that the PRO-free MTC fits neatly with a central feature of the Minimalist Program. The PRO-free MTC implies that DS in the GB sense cannot exist, as it requires that movement feed  $\theta$ -assignment. Thus, a theoretical precondition for the viability of the PRO-free MTC (movement into  $\theta$ -positions) is a central tenet of the Minimalist Program (no DS level).

Indeed, eliminating DS and its properties is not only a necessary condition for the MTC, it is a sufficient one as well, as nothing obvious now prevents movement into  $\theta$ -positions. In other words, once DS and its properties are removed from UG, the MTC follows. In this sense it comes for free given basic minimalist assumptions. There are, of course, ways of avoiding movement into  $\theta$ -positions given extra assumptions. However, given the Ockamite commitments of the Minimalist Program, this *approach should be adopted only under extreme empirical pressure*.

In other words, our claim is as follows: the PRO-free MTC implies that DS cannot exist. Indeed, it implies something stronger still; that the  $\theta$ -criterion is not a principle of UG. [...] [I]f the PRO-free MTC is correct then there must be movement into  $\theta$ -positions *and* that a chain can have multiple  $\theta$ -roles. Each is incompatible with the existence of DS and so each presupposes that DS does not exist. As DS is independently suspect from a minimalist perspective, it is true that its elimination is a precondition for the PRO-free MTC. Furthermore, precluding the MTC in a minimalist context where DS is eliminated requires *adding* conditions to UG, something that minimalists only do reluctantly. [...]

Hornstein & Polinsky (2010b: 8-9)

Essa é a concepção geral de movimento e de controle que seguiremos no restante deste artigo.

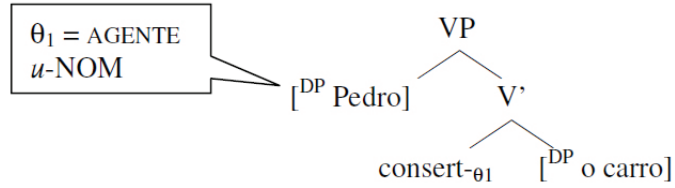
## 5.2. A Mecânica Básica Subjacente ao “Pseudo-Pronome Controlado”

A seguir, apresentamos o que seria a derivação da sentença “*Pedro quer consertar o carro*” segundo a teoria Hornsteineana de Controle por Movimento. É com base nessa análise que subsequentemente analisaremos a variante dessa sentença com o pseudo-pronome controlado e focalizado: “*Pedro quer ELE consertar o carro*”.

Durante a construção da camada VP da oração encaixada, [<sup>DP</sup> **Pedro**] recebe seu (primeiro) papel- $\theta$  do verbo **consertar**. Consequentemente, em LF, “Pedro” será interpretado como o “consertador do carro”.<sup>13</sup>

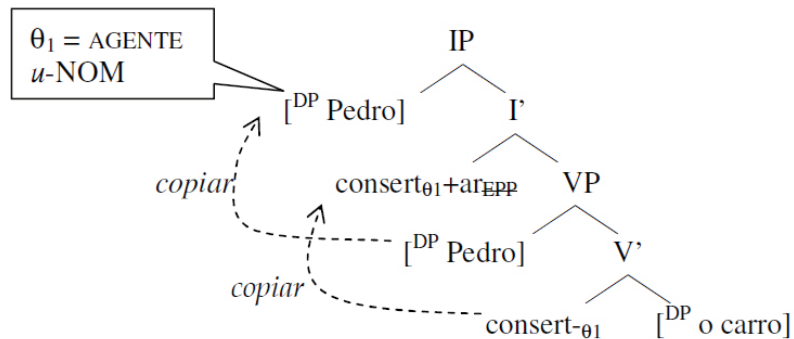
13. Aparentemente, o modelo com o qual nos comprometemos aqui não é compatível com a Inclusiveness Condition de Chomsky (1995). Uma possibilidade é que, na realidade, não exista na UG tal condição. Outra possibilidade é que ela exista mas que esteja circunscrita apenas à “narrow syntax”, sendo que a atribuição de foco se daria a posteriori num Componente Informacional, não sujeito à Inclusiveness Condition.

(16a)



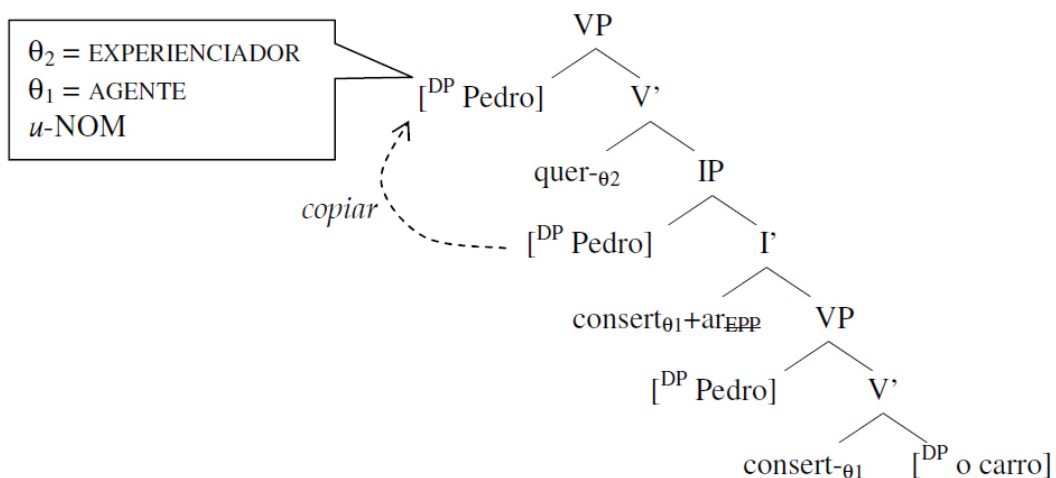
Depois, ao ser construída a camada IP da oração encaixada, o verbo **consert-** é movido (copiado) para o núcleo do IP (para satisfazer requerimentos morfológicos de ambos). **[DP Pedro]** é movido (copiado) para Spec/IP para satisfazer/checar o EPP de **I**. Como esse núcleo de IP é infinitivo, não há checagem de caso entre **[DP Pedro]** e **I**. Assim, até esse ponto, **[DP Pedro]** tem um papel- $\theta$  (AGENTE: *consertador do carro*), mas ainda não teve seu caso nominativo não-interpretável (*u*NOM) checado (apagado/eliminado).

(16b)



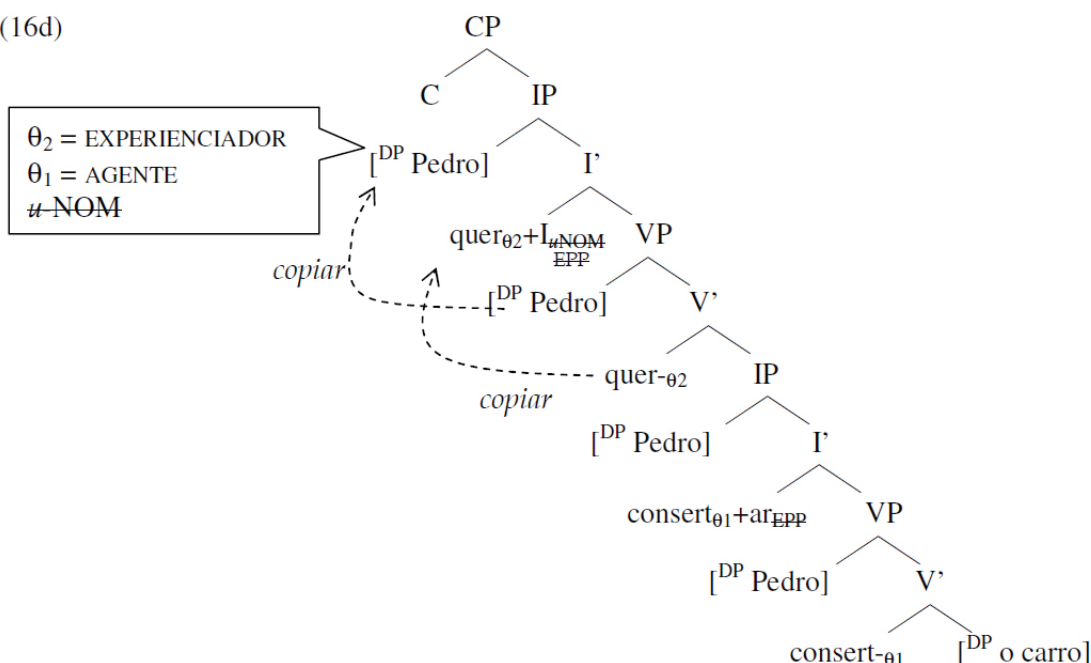
O verbo da matriz (i.e. **quer-**) toma o IP da oração encaixada como seu complemento. Em seguida, **[DP Pedro]** é movido (copiado) para Spec/VP da matriz. Consequentemente, o verbo matriz (i.e. **quer-**) descarrega seu papel- $\theta$  (EXPERIENCIADOR: *queredor de que o carro seja consertado*) no DP **[DP Pedro]**, que passa a acumular dois papéis- $\theta$ , e que ainda não teve seu caso nominativo não-interpretável (*u*NOM) checado (apagado/eliminado).

(16c)



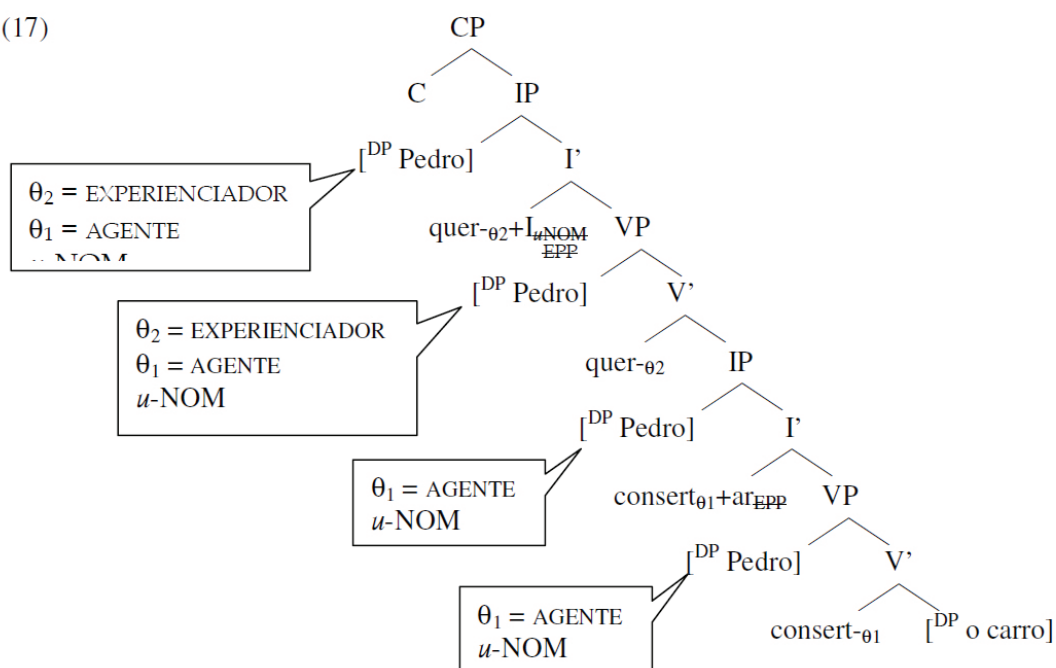
Ao ser construída a camada IP da oração matriz, o verbo **quer-** é movido (copiado) para o núcleo do IP (para satisfazer requerimentos morfológicos de ambos). O DP **[DP Pedro]** é movido (copiado) para Spec/IP da matriz. Esse movimento torna possível a satisfação/chechagem do EPP do **I** matriz, como também a checagem (apagamento/eliminação) do traço de caso NOM não-interpretável do DP **[DP Pedro]**, que, a partir desse ponto, acumula dois papéis- $\theta$ , e não mais porta aquele traço de caso NOM não-interpretável.

(16d)



Sumarizando, temos a seguinte estrutura a ser enviada (via Spell-Out) para a computação (morfo) fonológica, que irá efetuar apagamentos de cópias e aplicar os processo morfofonológicos cabíveis. Aqui, destacamos a existência de uma cadeia de quatro elos, com quatro cópias do DP **[DP Pedro]**, cada uma com as seguintes propriedades relevantes, indicadas nos balões.

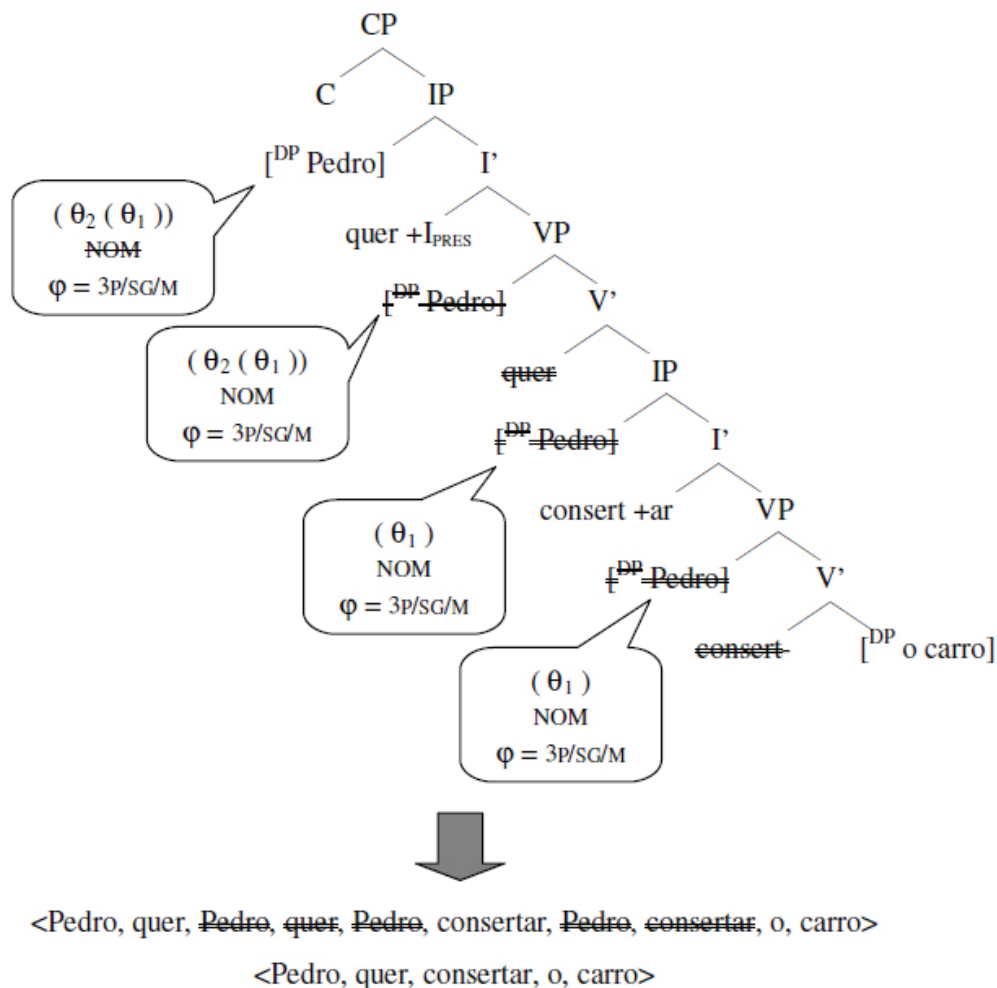
(17)



No percurso entre Spell-Out e PF, essa estrutura seria então submetida aos mecanismos responsáveis por redução de cadeias e apagamentos de cópias (cf. Hornstein (2001) e Nunes (2004) para duas possibilidades, entre tantas, de formalização). Quaisquer que sejam tais mecanismos exatamente, o efeito disso é que, para toda cadeia de movimento com múltiplas cópias, são apagados os materiais fonológicos de todas as cópias exceto a mais alta delas (a que c-comanda todas as outras, a última a ter sido integrada ao marcador sintagmático unificado), conforme indicado em (18), abaixo.

É importante salientar que o que é apagado aqui é a parte estritamente fonológica de cada cópia afetada. Outras informações permanecem ali, e serão importantes no passo seguinte (principalmente papel- $\theta$ , traços- $\varphi$  e traços de caso não-checados).

(18)



## 6. O IMPACTO DO FOCO NA MORFOSSINTAXE E NA MORFOFONOLOGIA, E O ESCOPO MICROSCÓPICO DO FOCO

O que temos em (18) acima seria o resultado da aplicação dos mecanismos *default* de conversão do marcador sintagmático em uma PF-*string* de terminais.

Se houver foco estreito incidindo sobre um dos constituintes (nesse caso, em [<sup>DP</sup>Pedro]), a estrutura em (18) pode ainda ser subsequentemente modificada de modo a representar em PF operações de um

componente informacional que acessaria o marcador sintagmático, executando operações sobre ele (nesse caso, Focalização).

Seguimos, portanto, uma interpretação particular e preliminar de Menuzzi (2012), para quem a focalização não estaria plenamente representada no marcador sintagmático, muito menos seria algo redutível a matrizes de traços de núcleos funcionais (ao contrário do que defendem os proponentes da *Abordagem Cartográfica* (e.g. Rizzi 1997; Miotto 2004)). A focalização seria resultado de uma operação de um componente informacional num marcador sintagmático que se situa em algum ponto do trajeto entre Spell-Out e PF.

A agramaticalidade de exemplos como “\**Pedro<sub>i</sub> quer PEDRO<sub>i</sub> consertar o carro*” (com uma pseudo-Expressão-R em vez de um pseudo-pronome) é evidência de que a atribuição de foco é um processo tardio, posterior à aplicação dos mecanismos *default* de apagamento de cópias. Se não fosse assim, a previsão é que a presença de um traço de foco na cópia mais baixa faria o sistema reter aquela cópia em vez de apagá-la (o que seria mais econômico, cf. Nunes 1995, 1999, 2004), dando origem a uma pseudo-Expressão-R, contrariamente aos fatos. Logo, os detalhes empíricos do fenômeno se mostram incompatíveis com uma arquitetura de gramática mais “enxuta”, como o tradicional ‘modelo bifurcado em Y’ da Teoria de Princípios & Parâmetros, no qual PF e LF não “conversariam entre si”. Para que o foco seja atribuído no caminho entre Spell-Out e PF e tenha impacto no lado semântico-pragmático, é preciso que haja essa “conversa” entre os componentes fonológico e semântico-pragmático.

Diante disso, assumimos aqui a concepção de focalização de Menuzzi (2012), que se opõe à “sintaticização excessiva” da focalização da Abordagem Cartográfica. Sendo assim, o foco estreito incidindo sobre um DP pode até envolver um traço [+F] em seu núcleo, mas este seria um item sincategoremático, não presente na Numeração, e introduzido *a posteriori* numa etapa tardia da derivação, entre a “narrow syntax” e a interface com um componente informacional que “conversa com o componente morfológico”.<sup>14</sup>

Antes de mostrarmos como seria derivada a estrutura “*Pedro quer ELE consertar o carro*”, consideremos primeiro um caso mais simples.

(19) PEDRO quer consertar o carro.

Aqui, há foco estreito incidindo sobre **[<sup>DP</sup> Pedro]**. *Grosso modo*, um enunciado desse tipo está assertando que Pedro quer consertar o carro, contrastando Pedro com todas as outras pessoas que eventualmente poderiam querer consertar o carro (*foco contrastivo*); ou então apresentando Pedro como a pessoa que quer consertar o carro diante de uma pressuposição por parte do interlocutor que alguém de identidade até então desconhecida quer consertar o carro (*foco informacional*).<sup>15</sup>

Note que o que está sendo focalizado aqui não é simplesmente “*Pedro*” (a denotação do DP **[<sup>DP</sup> Pedro]**), mas sim “*Pedro enquanto aquele que quer algo*” (este algo sendo o conserto do carro). Ou seja, do lado de LF, o foco (seja ele um traço ou um processo interpretativo) não incide propriamente sobre

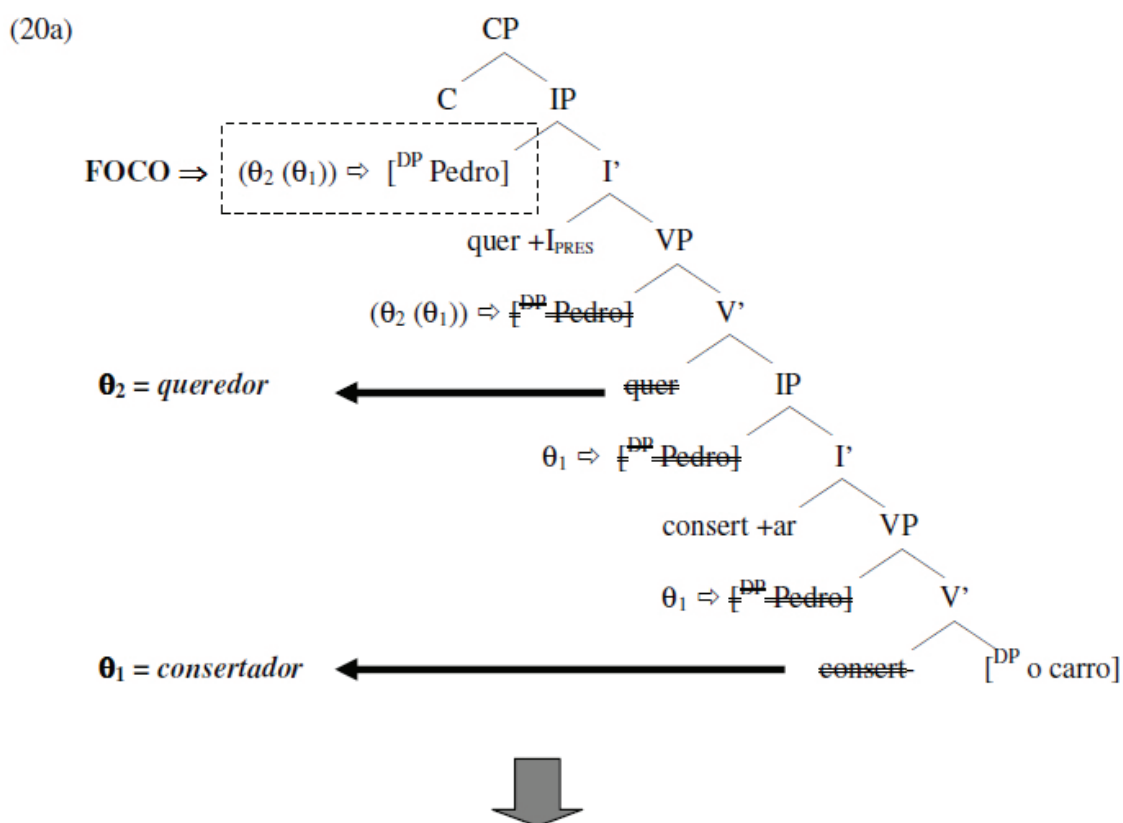
14. Usamos aqui os conceitos de foco contrastivo e foco informacional como rótulos descritivos, por razões expositivas. Não obstante, endossamos a posição de Menuzzi (2012), segundo a qual essa distinção é muito menos discreta do que tradicionalmente assumido, sendo a gradiência e a granularidade dos tipos de foco decorrente majoritariamente de fatores pragmáticos.

15. Em etapas futuras dessa pesquisa, pretendemos tentar formalizar esse insight analítico em termos de uma semântica de eventos neo-Davidsoniana (em especial, seguindo de perto Pietroski (2005)), segundo a qual um papel temático é um predicado de dois lugares, que toma como argumento um indivíduo (i.e. a denotação de um DP) e um evento (i.e. a denotação de um predicado, nesse caso verbal).

[<sup>DP</sup> Pedro], mas sim sobre a relação estabelecida entre e o papel- $\theta$  que ele recebeu do verbo querer.<sup>16</sup> Em termos simplificados, podemos dizer que o foco incide sobre um dado papel- $\theta$  portado por um DP.

Note que a sentença em (19) não é ambígua entre uma leitura de foco em [<sup>DP</sup> Pedro] enquanto “queredor”, e uma leitura de foco em [<sup>DP</sup> Pedro] enquanto “consertador”. Somente a primeira leitura é possível. Dada a premissa de que [<sup>DP</sup> Pedro], aqui, tem dois papéis- $\theta$ , o que parece acontecer é que o foco, ao incidir sobre um DP, acaba, por *default*, incidindo sobre o seu papel- $\theta$  “mais alto na estrutura”, ou o seu papel- $\theta$  “mais externo”, ou o seu papel- $\theta$  “mais recentemente atribuído a ele”, ou ainda o papel- $\theta$  “empilhado mais em cima dele”. Tudo isso são intuições que demandam formalizações futuras. Mas cremos que a ideia central está clara, e que a observação que acabamos de fazer não é trivial, e provavelmente demanda um tratamento não trivial.

A partir da estrutura em (18) acima, o dado em (19) seria gerado após a atribuição de um traço de foco em [<sup>DP</sup> Pedro], e uma subsequente atribuição de proeminência prosódica ao material fonológico ali contido, tal como mostrado em (20a) e (20b).



16. Apresentamos o dado (21c) com um asterisco, classificando o dado como impossível de ser gerado pela gramática da língua, porque estamos considerando-o em termos de capacidade gerativa forte. Ou seja, não existe a estrutura descrita em (21c), com as implicações mencionadas acima para a interpretação semântica. É irrelevante, aqui, o fato de que existe uma outra estrutura sintática, cuja sequência de nódulos terminais é idêntica à de (21c).

À primeira vista, parece óbvio que a atribuição de proeminência prosódica incida exatamente sobre a cópia mais alta de [**DP** Pedro], afinal, ela é a única que tem material fonológico capaz de portar esse acento extra. Mas a questão é bem menos trivial que isso. Lembremos que, a rigor, o foco está incidindo sobre a relação entre [**DP** Pedro] e o seu atribuidor de papel- $\theta$ , ou entre [**DP** Pedro] e seu papel- $\theta$ . Talvez até o foco esteja incidindo simplesmente sobre o papel- $\theta$  de [**DP** Pedro].

Portanto, não estaria totalmente descartada, em princípio, a possibilidade lógica de a cópia (apagada) de [**DP** Pedro] no Spec/VP da matriz receber o acento prosódico, desde que, antes, ela seja devidamente “remorfofonologizada” como um pseudo-pronome, por exemplo. Haveria, em princípio, três maneiras de se fazer isso:

Na primeira possibilidade, transfere-se o material fonológico da cópia mais alta de [**DP** Pedro] (deixando-a silenciosa) para a cópia mais localmente situada em relação ao atribuidor do papel- $\theta$  focalizado.

(21a) \* [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>VP</sup> PEDRO ~~quer~~ [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ consertar [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ ~~consertar~~ o carro]]]]

Uma segunda possibilidade seria apagar a cópia mais alta de [**DP** Pedro] e ‘pseudo-pronominaliza-se’ a cópia mais localmente situada em relação ao atribuidor do papel- $\theta$  focalizado.

(21b) \* [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>VP</sup> ELE ~~quer~~ [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ consertar [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ ~~consertar~~ o carro]]]]

Na terceira possibilidade, mantém-se a cópia mais alta de [**DP** Pedro] e ‘pseudo-pronominaliza-se’ a cópia mais localmente situada em relação ao atribuidor do papel- $\theta$  focalizado.

(21c) \* [<sup>IP</sup> Pedro quer [<sup>VP</sup> ELE ~~quer~~ [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ consertar [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ ~~consertar~~ o carro]]]]

O problema com (21a) e (21b) é inadequação empírica. Tais tipos de dado não são atestados na língua. O problema com (21c) é que, embora essa sequência de terminais em PF constitua um dado real da língua, a sua única interpretação possível não é aquela associada ao papel- $\theta$  mais alto (i.e. *queredor*), associado à posição onde o acento estaria incidindo, inclusive através de mecanismos adicionais de remorfofonologização.<sup>17</sup>

Ao que tudo indica, portanto, o mecanismo de atribuição de foco (bem como o acento a ele associado), embora, *grosso modo*, incida sobre um papel- $\theta$ , acaba não afetando a cópia situada exatamente na posição- $\theta$  correspondente (nesse caso, Spec/VP matriz). Por *default*, o foco incide sobre uma cópia um pouco mais acima (ou muito mais acima, no caso de elementos fronteados para algum especificador no complexo de projeções funcionais da periferia inicial da sentença, como em construções WH, de topicalização, e clivadas). Nesse caso, tal posição seria Spec/IP matriz.

Ou seja, prefere-se alterar o mínimo possível (idealmente, nada) o resultado dos mecanismos *default* de apagamento de cópia. No caso de (19), a posição- $\theta$  em Spec/VP da matriz talvez pudesse, em princípio, ser tomada como alvo da focalização e atribuição de acento. Mas isso não acontece, conforme atestamos pela impossibilidade dos dados (21a), (21b) e (21c), acima. Podemos pensar que o padrão

17. Nos termos de Chomsky (1995, capítulo 3), pode-se dizer que houve um alargamento do domínio definido a partir do predicador verbal (i.e. o domínio-theta relevante). Para uma proposta recente de aplicação dessa mecânica de alargamento de domínios a partir de movimento de núcleos, remetemos o leitor ao artigo-alvo de den Dikken (2007) e aos artigos-resposta de diversos autores publicados no mesmo volume da *Theoretical Linguistics*.

atestado é resultante da ação de alguma restrição de localidade ou de alguma condição de economia, ainda por serem explicitamente definidas, mas cujos espíritos já nos parecem suficientemente claros.

Pensando em termos de localidade, prefere-se realizar o foco na cópia portadora do papel- $\theta$  focalizado que seja a mais próxima da cópia que sobreviveu ao mecanismo *default* de redução de cadeias e apagamento de cópias. Em (19), é essa própria sobrevivente que é escolhida para receber o foco.

Pensando em termos de economia, a realização da cópia em Spec/VP da matriz envolveria mecanismos adicionais de apagamento, e/ou transferência de material fonológico, e/ou “remorfofonologização”, que podem ser evitados simplesmente focalizando e acentuando a cópia sobrevivente aos apagamentos.

Adicionalmente a tudo o que acabamos de dizer, é importante salientar que, numa língua como PB, em que há movimento aberto de V para I, o atribuidor do papel- $\theta$  focalizado está, no fim das contas, no mesmo domínio local da cópia sobrevivente aos apagamentos.<sup>18</sup> Talvez isso baste para que esta cópia seja a escolhida em casos de focalização sobre o papel- $\theta$  “mais externo”.

## 7. FOCO ESTREITÍSSIMO SOBRE UM PAPEL- $\theta$ INTERNO, FORÇANDO REMORFOFONOLOGIZAÇÃO.

Voltemo-nos agora, finalmente, para o exemplo mais “estranho” do paradigma, e que motivou a existência dessa pesquisa. Em (22) abaixo, temos uma repetição de (07b) acima (cf. também (08), (09), (10), (11) e (12)).

(22) ✓ { Pedro<sub>j</sub> quer [ **ELE**<sub>j/\*k</sub> consertar o carro ] } (= (07b))

Diferentemente de (19), note que o que está sendo focalizado aqui não é “*Pedro enquanto aquele que quer algo*” (este algo sendo o conserto do carro). Do lado de LF, o foco (seja ele um traço ou um processo interpretativo) incide sobre a relação estabelecida entre [**DP Pedro**] e o papel- $\theta$  que ele recebeu do verbo **consertar**.<sup>19</sup> Assim como (19), a sentença (22) também não admite ambiguidade entre uma leitura de foco em [**DP Pedro**] enquanto “queredor”, e uma leitura de foco em [**DP Pedro**] enquanto “consertador”. Em (16), somente a primeira leitura é possível. Em (22), somente a segunda leitura é possível.

Ou seja, um enunciado da sentença (22) é verdadeiro se e somente se Pedro faz questão de consertar o carro com as suas próprias mãos (i.e. faz questão de realizar a tarefa por si mesmo, em vez de contratar um mecânico para isso, por exemplo). Quando dizemos “*Pedro consertou o carro*”, há no mínimo duas situações que satisfazem suas condições de verdade: (i) Pedro providenciou o conserto do carro, executado por alguém (tipicamente, um mecânico profissional), e (ii) Pedro consertou o carro com suas próprias mãos. Não cremos que seja necessário codificar essa nuance na “narrow syntax” com diferentes tipos de papel- $\theta$ , ou categorias vazias especiais, ou argumentos implícitos.

Parece-nos que tudo isso pode (e deve) ser melhor acomodado num componente informacional, no plano pragmático (cf. Menuzzi 2012). Nessa perspectiva, se a focalização realmente funcionar como estamos propondo, então a atribuição de foco estreitíssimo ao papel- $\theta$  mais interno de [**DP Pedro**] vai estreitar as possibilidades de leitura, estreitando a própria natureza das condições de verdade. Ou seja,

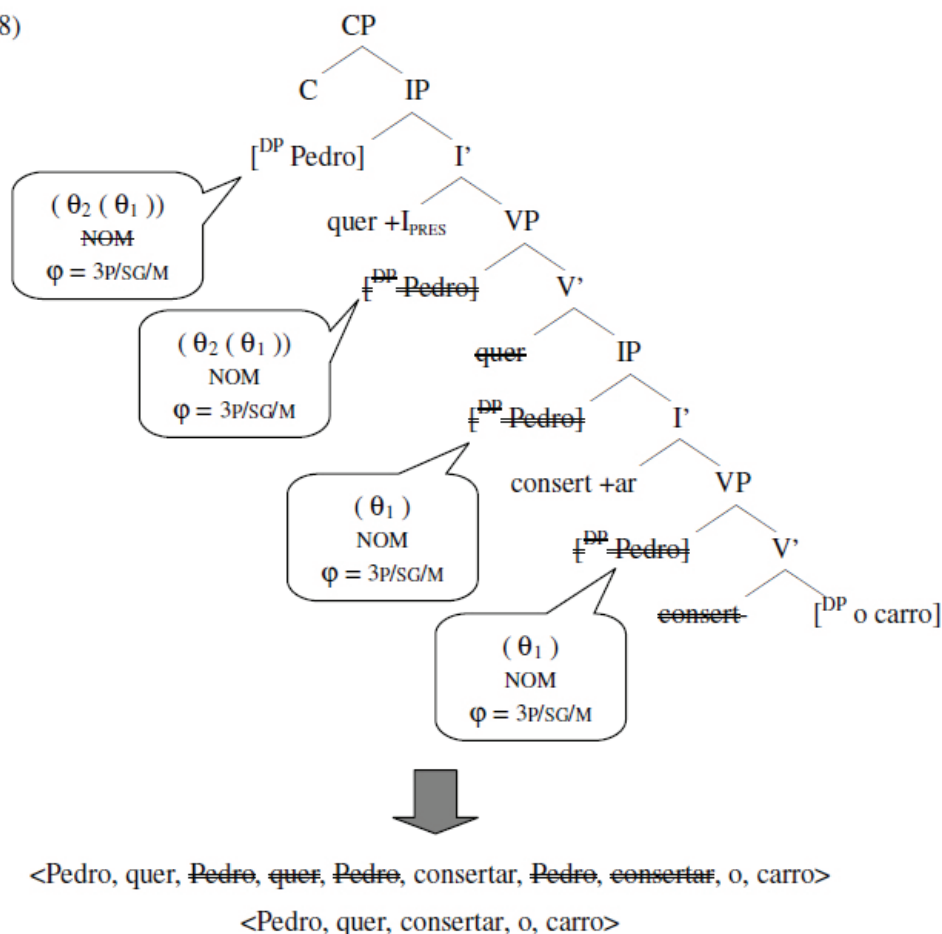
18. cf. nota 10 acima.



a identidade daquele que executa o conserto do carro deve coincidir com a denotação de  $[DP \text{ Pedro}]$ . Não basta que Pedro “providencie o conserto”. Obviamente, isso ainda carece de uma formalização adequada, mas pensamos que a *insight* analítico está suficientemente claro.

Novamente, dada a premissa de que  $[DP \text{ Pedro}]$ , aqui, tem dois papéis- $\theta$ , o que parece acontecer em (22) é um caso de focalização incidir sobre o papel- $\theta$  “mais interno” do DP. Propomos que o ponto de partida para se gerar (22) é o mesmo ponto de partida para se gerar (19). Ou seja, o ponto de partida é (18), repetido abaixo como (23).

(23) = (18)



Consideremos, agora, finalmente, a possibilidade lógica de o foco incidir sobre o papel- $\theta$  mais interno de  $[DP \text{ Pedro}]$ . Para tanto, a cópia a ser escolhida para ser afetada pela focalização (e subsequente atribuição de acento extra de proeminência prosódica) deve ser uma das duas cópias mais baixas dessa cadeia de quatro elos, posto que elas portam apenas o papel- $\theta$  mais interno (ou seja, nessas cópias, o papel- $\theta$  “no topo da pilha de papéis- $\theta$ ” é o papel- $\theta$  mais interno, por ele ser “o único da pilha”. Haveria, em princípio, três maneiras de se fazer isso.

Numa primeira possibilidade, transfere-se o material fonológico da cópia mais alta de  $[DP \text{ Pedro}]$  (deixando-a silenciosa) para a cópia mais localmente situada em relação ao atribuidor do papel- $\theta$  focalizado. A depender de como se defina “localidade”, essa cópia a receber o material fonológico transferido poderia ser aquela em Spec/IP da encaixada ou Spec/VP da encaixada. Se o nosso raciocínio na **Seção 5** acima estiver correto, a preferência seria pela posição de Spec/IP da encaixada. Contudo,

ambas as opções estariam descartadas por razões empíricas, dada a impossibilidade dos exemplos abaixo. Presumivelmente, tais estruturas seriam barradas em termos de economia, por serem mais custosas.

- (24a) \* [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>IP</sup> PEDRO consertar [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ consertar o carro]]]]  
 (24b) \* [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ consertar [<sup>VP</sup> PEDRO ~~consertar~~ o carro]]]]

Numa segunda possibilidade, apaga-se a cópia mais alta de [<sup>DP</sup> Pedro] e ‘pseudo-pronominaliza-se’ a cópia mais localmente situada em relação ao atribuidor do papel- $\theta$  focalizado. Aqui, novamente, surge a questão de como definir “localidade” em relação ao atribuidor do papel- $\theta$  focalizado. De acordo com toda a discussão acima, a preferência seria pela posição de Spec/IP da encaixada. Em todo caso, ambas as possibilidades resultariam em estruturas não atestadas, evidenciando que o mecanismo operante não pode apagar a cópia mais alta da cadeia, provavelmente por questões de *Full Interpretation* e *Recoverability*, posto que é a cópia mais alta que traz a denotação da identidade do indivíduo queredor/consertador (i.e. estamos falando do Pedro, e não do Paulo, ou do João, ou do José). Ademais, diferentemente das duas cópias mais baixas, a cópia mais alta de todas veicula o papel- $\theta$  mais externo (o de *queredor*). Além disso, ainda haveria um problema de custo computacional, pois tal derivação envolveria não apenas a remorfologização, mas também um apagamento extra de cópia.

- (25a) \* [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>IP</sup> ELE consertar [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ consertar o carro]]]]  
 (25b) \* [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ consertar [<sup>VP</sup> ELE ~~consertar~~ o carro]]]]

Numa terceira possibilidade, mantém-se a cópia mais alta de [<sup>DP</sup> Pedro] e ‘pseudo-pronominaliza-se’ a cópia mais localmente situada em relação ao atribuidor do papel- $\theta$  focalizado, atribuindo-lhe uma proeminência prosódica extra. Mais uma vez, surge aqui a questão de como definir “localidade” em relação ao atribuidor do papel- $\theta$  focalizado. Seguindo o raciocínio exposto acima, a preferência seria pela posição de Spec/IP da encaixada. É nesse ponto que teoria e empiria entram em dissonância e consonância ao mesmo tempo, pois os fatos são um pouco menos triviais que o esperado, de um modo bastante interessante. Comparemos, de início, (26a) e (26b).

- (26a) [<sup>IP</sup> Pedro quer [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>IP</sup> ELE consertar [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ consertar o carro]]]]  
 (26b) [<sup>IP</sup> Pedro quer [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ consertar [<sup>VP</sup> ELE ~~consertar~~ o carro]]]]

Para a ampla maioria dos falantes consultados, ambos os exemplos são igualmente aceitáveis, diferindo talvez em alguma nuance de conteúdo informacional cuja exata natureza ainda não detectamos. Uma pequena minoria dos informantes considera (26b) um pouco marginal/marcado em contraste com (26a), que seria plenamente aceitável. Por um lado, o hipotetizado requerimento da “localidade em relação à posição *default*” (ainda não formalizado) nos faria prever que (26a) fosse sempre preferível a (26b). Por outro lado, a depender de como tal requerimento venha a ser formalizado, talvez seja possível acomodar a co-existência de (26a) e (26b), posto que as duas cópias mais baixas da cadeia (na oração encaixada) são idênticas em todas as suas propriedades, enquanto as duas cópias mais altas da cadeia (na oração matriz) são o são. Consequentemente, a disputa entre as duas cópias mais baixas acabaria empatada, dando origem a uma opcionalidade.<sup>20</sup>

20. Um parecerista anônimo questionou-nos sobre o funcionamento do sistema aqui proposto, no que diz respeito a opcionalidade e preferência para a escolha de qual cópia remorfologizar. Segundo ele, “partindo da pressuposição de o foco recair sobre a relação entre o DP e o papel-theta que lhe é atribuído, então não estaria claro por que, dentro da encaixada qualquer uma das cópias do DP controlador pode ser remorfologizada; não deveria haver uma preferência pela cópia dentro do VP?”. Primeiramente, respondemos que essa é uma questão empírica. Sejam quais forem os motivos (conhecidos ou não), o fato é que a opcionalidade existe, com uma tendên-

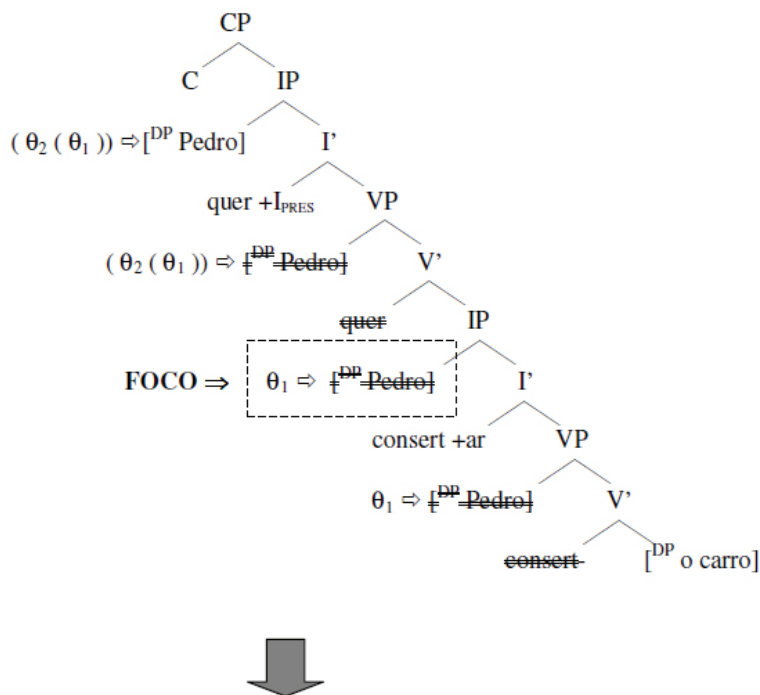
Interessantemente, os fatos são ainda mais complexos que isso. Conforme nos foi apontado por Sérgio Menuzzi e Gabriel Othero (comunicação pessoal), um contraste efetivo e robusto surge em situações análogas nas quais o verbo da oração encaixada é intransitivo, como em (27a) e (27b). Nesses casos, a versão em que a pseudo-pronominalização se dá na posição de Spec/VP da encaixada é degradada, corroborando o hipotetizado requerimento da “localidade em relação à posição *default*”.<sup>21</sup>

(27a) [<sup>IP</sup> Pedro quer [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>IP</sup> ELE dançar [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ dançar ]]]]

(27b) \*[[<sup>IP</sup> Pedro quer [<sup>VP</sup> ~~Pedro~~ quer [<sup>IP</sup> ~~Pedro~~ dançar [<sup>VP</sup> ELE dançar ]]]]

Em suma, a geração do dado (07b) = (22) = (26a), tomaria como ponto de partida a estrutura em (23). Primeiramente, havia atribuição de foco estreitíssimo sobre o papel- $\theta$  mais interno de [<sup>DP</sup> **Pedro**], afetando a cópia em Spec/IP da encaixada (cf. discussão acima a respeito da escolha da cópia a ser focalizada), resultando em (28). Em seguida, haveria a remorfofonologização dessa cópia, substituindo o silêncio (resíduo do apagamento) por um item de vocabulário que seja o mais compatível possível com as propriedades relevantes presentes naquela cópia (basicamente traços- $\phi$  e traço não-interpretável de caso NOM), resultando em (29).<sup>22</sup> Finalmente, é atribuído o acento extra a essa cópia remorfofonologizada, resultando em (30).

(28)



cia a se preferir realizar a cópia no Spec/IP da encaixada. Em segundo lugar, dado o formalismo adotado, em que as cópias mais altas ‘herdam’ os papéis temáticos das cópias mais baixas que lhes deram origem, não é verdade que, na oração encaixada, a cópia em Spec/VP seja ‘mais temática’ que a cópia imediatamente acima, em Spec/IP. Ambas exibem as mesmas propriedades internas, sendo portanto igualmente passíveis de remorfofonologização, o que explica a opcionalidade. Quanto à preferência por realizar a cópia em Spec/IP, parece-nos que isso evidencia a ação de algum princípio de localidade nos moldes do que esboçamos aqui, mas reconhecemos que isso precisa de refinamentos e elaborações futuras.

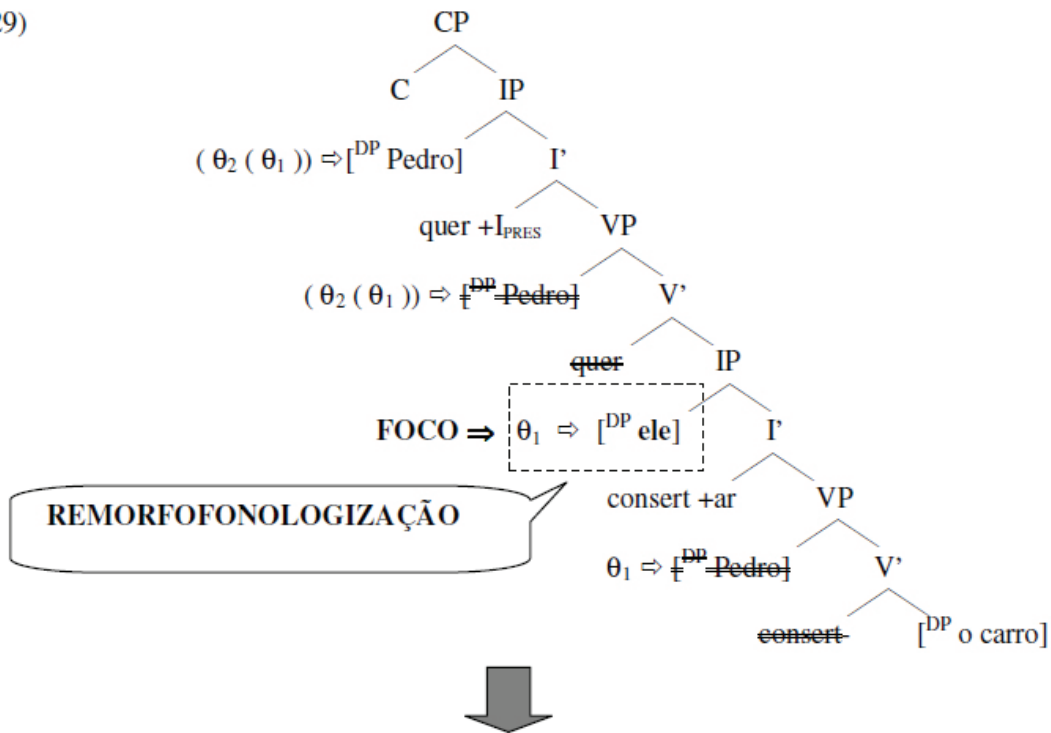
21. Verificamos que o mesmo padrão se observa com verbos inacusativos na encaixada, o que torna possível generalizar a observação para a classe maior dos verbos monoargumentais.

(i-a) Pedro quer ELE dançar. (ii-a) Pedro quer ELE chegar cedo.

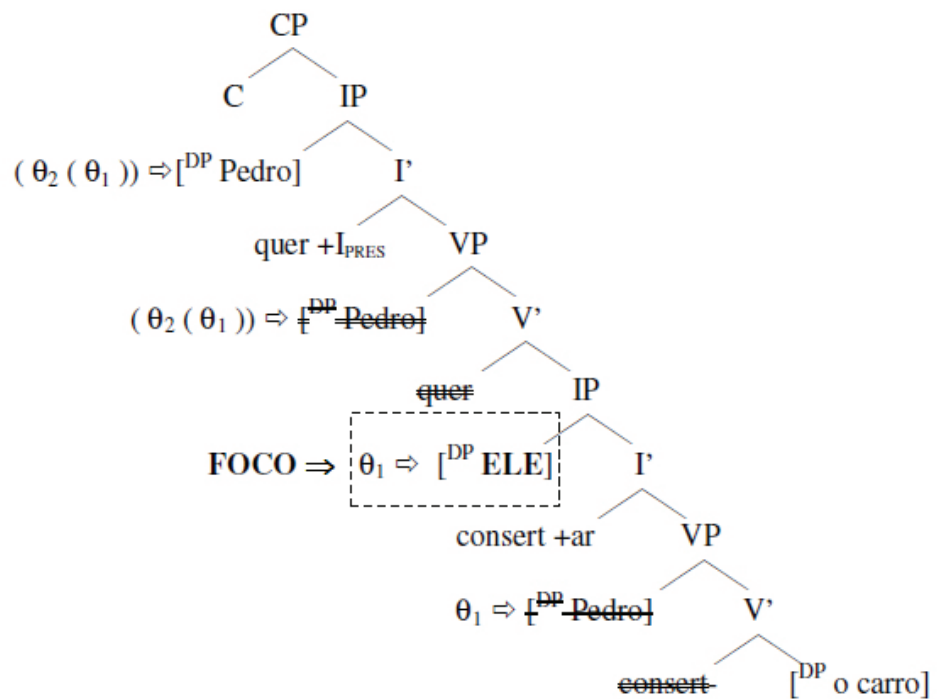
(i-b) \*Pedro quer dançar ELE. (ii-b) \*Pedro quer chegar ELE cedo.

22. O processo de remorfofonologização a que estamos nos referindo seria facilmente implementado em termos de inserção tardia (Halle & Marantz 1993). Os traços-j e os traços de caso presumivelmente sobreviveriam ao apagamento de cópias (redução de cadeias, nos termos de Nunes 1995, 1999, 2001, 2004) uma vez que não causam problemas para o mapeamento da estrutura em uma sequência linear de terminais em PF. O pronome seria inserido como “last resort” para que o foco possa ser atribuído àquela posição. Tal inserção ocorreria com base nos traços sobreviventes do elo de cadeia em questão.

(29)



(30)



## 8. RETOMANDO AS QUESTÕES DE PARTIDA E EXPLICITANDO NOSSAS RESPOSTAS

No início da **Seção 4** acima, resumizamos as observações até aquele ponto, destacando que:

“[T]odos os casos intrigantes [aqui sob investigação] envolvem um verbo de controle que toma como complemento uma subordinada infinitiva. O sujeito dessa subordinada é realizado por algo que parece ser um pronome nominativo (por sua morfofonologia) mas que tem comportamento anafórico. Não obedece ao Princípio B. Claramente esse “pseudo pronome” é controlado pelo sujeito da matriz. Descritivamente falando, é como se tivéssemos naquela posição um PRO disfarçado com uma morfofonologia de pronome. Um aspecto crucial dessas construções é que esse “PRO disfarçado de pronome” necessariamente é o foco da sentença, e sobre ele recai um acento prosódico especial.”

No decorrer da mesma seção, levantamos os seguintes problemas:

“Se tomarmos o sujeito da encaixada infinitiva dos casos relevantes como um pronome genuíno, então como explicamos o seu comportamento anafórico? (i.e. satisfazendo o Princípio A e violando o Princípio B). Além disso, como explicar a relação estreita entre esse comportamento anafórico e a focalização?”

“Se tomarmos o sujeito da encaixada infinitiva dos casos relevantes como um PRO que foi submetido a uma operação morfofonológica especial que o tornou homófono a um pronome, então como explicamos o fato de que essa morfofonologia de pronome é sempre nominativa? Além disso, como explicar a relação estreita entre essa morfofonologização especial e a focalização?”

De acordo com a nossa análise, tal “pseudo pronome” **ELE** é, descritivamente falando, a remorfofonologização de um PRO, ou, mais precisamente, a remorfofonologização de uma cópia mais baixa de uma cadeia de um DP com múltiplos papéis- $\theta$ . Não há violação do Princípio B simplesmente porque aquele elemento não é um pronome. A rigor, seu caráter anafórico não seria consequência de um PRO (remorfofonologizado) satisfazendo o Princípio A por seu caráter anafórico. Seria consequência do simples fato de que aquele “pseudo pronome” **ELE** é, na verdade, uma cópia de uma cadeia de movimento do DP [<sup>DP</sup> **Pedro**] que se encontra plenamente/canonicamente pronunciado na posição de sujeito da oração matriz. Nessas circunstâncias, a coindexação entre [<sup>DP</sup> **Pedro**] e o “pseudo pronome” **ELE** é trivial. Cópias de um mesmo DP herdavam naturalmente a mesma denotação do constituinte original que foi copiado. Podemos até falar em Princípio A, mas apenas no sentido de que “*vestígios de NP/DP devem satisfazer o Princípio A*”, nos termos tradicionais da GB (cf. Chomsky 1981: 181-190).

Quanto à relação entre focalização e o comportamento anafórico desse “pseudo pronome” **ELE**, a nossa visão é que o caráter anafórico daquele elemento se segue de motivos independentes, como exposto no parágrafo imediatamente anterior. Entretanto, o que parece estranho à primeira vista é que a aparência morfofonológica dessa anáfora (entendida como “*vestígio de NP/DP pronunciado*”) é de um pronome, e não de uma anáfora genuína (i.e. **se**), nem é silencioso como um PRO ou um vestígio de NP/DP. Pela nossa análise, a explicação para esse elemento ser “barulhento” em vez de silencioso está justamente no fato de ele ser focalizado. Dado que o foco precisa de um acento prosódico extra incidindo sobre ele, é necessário que o constituinte focalizado não seja silencioso, pois o silêncio não é capaz de portar um acento. Daí se segue a necessidade de remorfofonologização. Mais que isso,

além de ter que ser não silencioso, o constituinte em que o foco se realiza precisa ser não clítico, o que excluiria, de saída, anáforas canônicas como se.<sup>23</sup>

O motivo de essa cópia antes apagada acabar tendo aparência morfofonológica de um pronome nominativo se deve ao fato de que, naquela posição, ficaram traços-φ e um traço de caso NOM idênticos aos da cópia plenamente pronunciada de [<sup>DP</sup> Pedro] realizada como sujeito da oração matriz. O item de vocabulário mais adaptado a ocupar essa posição é **ELE**. Se, ao contrário, o “pseudo-pronome” **ELE** fosse uma remorfofonologização de PRO, o seu caráter NOMinativo seria mero acidente, demandando alguma assunção adicional *ad hoc*.<sup>24</sup>

Em suma, o “barulho” é inserido no lugar do “silêncio” para tornar possível o acento de foco se realizar. Tal barulho tem aparência de pronome por conta dos traços-φ presentes naquela posição, e tal “pseudo pronome” é nominativo por conta do traço de caso NOM também presente ali.

## 9. FATOS E CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

### 9.1. ECM em contextos de encaixada gerundiva

Os dados em (31) e (32) abaixo revelam que, por algum motivo que não nos propomos a investigar aqui, o verbo querer em PB, embora não seja do tipo ECM quando toma encaixadas infinitivas como complemento, exibe um comportamento de verbo ECM quando o seu complemento é uma encaixada gerundiva.

- (31) a: {Pedro<sub>j</sub> quer [ele<sub>k/\*j</sub> consertando o carro] }  
b: {Pedro<sub>j</sub> quer [**ELE**<sub>k/\*j</sub> consertando o carro] }

Note que, em ambos os casos em (31), tem-se um pronome genuíno, ora não focalizado, ora focalizado. O caráter genuinamente pronominal dessas ocorrências de “ele” é evidenciado pelo padrão de (não) correferência exibido, de acordo com o Princípio B. Note que, o IP da encaixada sendo não-finito e incapaz de checar NOM faz com que o domínio de ligação de “ele” ou “ELE” se defina como toda a oração matriz, daí a impossibilidade de correferência do pronome com o sujeito da matriz, que c-comanda o pronome. Nesses casos, não teríamos movimento nem controle.

---

23. Em realidade, há espaço para controvérsia aqui. Pode-se argumentar que o caso da forma ELE que temos nos casos de focalização aqui estudados (bem como o das outras formas pronominais que aparecem em (09), (10), (11) e (12) acima) não seria necessariamente nominativo, mas sim um caso default, não-marcado, homófono ao nominativo. Podemos dizer também que, em PB, NOM é o caso não marcado (sendo inclusive a “forma de citação” dos pronomes, e que por isso ele seria usado nas circunstâncias especiais de remorfofonologização. Até aí, haveria espaço para uma análise alternativa em termos de remorfofonologização de PRO. Nossa opção por uma análise em termos de cadeias com múltiplos papéis temáticos deve-se à sua maior possibilidade de explicar de modo mais unificado uma série de subfenômenos do fenômeno maior que é o Controle. Há outras estruturas discutidas na literatura técnica em que claramente há um tipo de dependência de longa distância com todas as características de Controle, mas com evidências claras de que não há PRO na posição controlado, por ela não ser foneticamente nula, ter um morfofonologia de Expressão-R, e não estar sujeita ao princípio C. Em particular, referimo-nos ao Controle Parcial Inverso, estudado por Rodrigues (2007), a partir de dados do Espanhol de Torrego (1996), como “(Nosotros/pro no sabemos si firmar los lingüistas la carta”, cuja interpretação é “Nós não sabemos se os lingüistas entre nós devem assinar a carta”, em que há não apenas uma relação partitiva entre “nós” e “os lingüistas”, mas também uma relação de controle. Nesses casos, não há espaço para um PRO na estrutura. Em certa medida, as estruturas de “foco estreitíssimo” analisadas aqui são o contrário daquelas analisadas por Rodrigues (2007), pois aqui temos a Expressão-R como controlador e o (pseudo) pronome como controlado.

24. cf. nota anterior.

Vejamos agora (32), que envolve pronomes clíticos ACC e *clitic climbing*:

- (32) a: {Pedro<sub>j</sub> te<sub>k</sub> quer [ \_\_ consertando o carro ] }  
b: \* {Pedro TE quer [ \_\_ consertando o carro ] }

Quando o sujeito da encaixada é de terceira pessoa, não fica óbvio que o seu caso é ACC, dado o sincretismo *ele*<sub>NOM</sub>/*ele*<sub>ACC</sub>/*ele*<sub>DAT</sub> existente em muitos dialetos.<sup>25</sup> Com sujeitos de primeira e de segunda pessoa, existem formas clíticas genuinamente acusativas que são usadas nessas construções. Isso evidencia que, nesses contextos sintáticos com encaixadas gerundivas, o verbo **querer** é do tipo ECM.

A impossibilidade de se focalizar o clítico em (32b) se segue de uma generalização empírica robusta e independente que clíticos não são unidades fonológicas suficientemente “fortes” para “carregar” um acento de foco, exceto em contextos do que poderíamos chamar de foco metalingüístico (e.g. Eu cometi aquela gafe porque, quando ele falou, eu entendi ele dizendo “*Maria te ama*”, mas, na verdade, ele tinha dito “*Maria ME ama*”).

## 9.2. ECM em contextos de encaixada participial

Os dados em (33) e (34) nos mostram essencialmente os mesmos padrões atestados em (31) e (32), acima, evidenciando que **querer** pode ser um verbo ECM também com encaixadas participiais e com *Small-Clauses*. Até onde podemos ver, as mesmas conclusões analíticas da subseção anterior se aplicariam a esses casos.

- (33) a: {Pedro<sub>j</sub> quer [ele<sub>k/\*j</sub> contratado para o cargo de gerente ] }  
b: {Pedro<sub>j</sub> quer [ELE<sub>k/\*j</sub> contratado para o cargo de gerente] }  
(34) a: {Pedro<sub>j</sub> te<sub>k</sub> quer [ \_\_ contratado para o cargo de gerente ] }  
b: {Pedro TE quer [ \_\_ contratado para o cargo de gerente ] }

## 9.3. Remorfofonologização em contextos de “verbo auxiliar”

Em (35), vemos que o padrão observado até aqui em construções de Controle é também atestado em construções que, tradicionalmente, são analisadas como não envolvendo subordinação. Em (35b), surpreendentemente, uma cópia do sujeito é realizada como pseudo-pronominalizada numa posição entre o auxiliar e o verbo principal. Assim como nos exemplos previamente discutidos, tal cópia é necessariamente controlada e focalizada.

- (35) a: Pedro vai consertar o carro.  
b: Pedro vai ELE consertar o carro.  
c: ?Pedro vai consertar ELE o carro.<sup>26</sup>

Esse fato coloca em cheque a análise tradicional, tacitamente ou explicitamente assumida pela grande maioria dos autores, e sugere a possibilidade de que, ao menos em casos como esse, **vai** não seja um verbo auxiliar núcleo de uma das projeções funcionais associadas ao VP numa estrutura monoclausal; mas sim um verbo de Controle que toma uma oração infinitiva como complemento. A nossa análise

26. Em relação à aceitabilidade de (35c), cremos que vale para esse exemplo o mesmo que dissemos acerca de (26b) acima. Para maiores detalhes, remetemos o leitor a Trautwein (2013).

prevê que a focalização de **ELE** em (35b) teria de ser um caso de foco estreitíssimo sobre o papel temático de “consertador de carro”, afetando uma cópia baixa porque as cópias mais altas teriam um outro papel temático além desse. Nessa perspectiva, a conjunção entre os fatos em (35) e a lógica da nossa análise nos leva à conclusão de que **vai**, contrariamente ao consenso estabelecido, atribui um segundo papel temático a [<sup>PP</sup> **Pedro**]. Em suma, **vai** não seria apenas um portador de marcas de tempo e concordância, mas sim um verbo principal, cuja denotação aproximada seria informalmente parafraseável como “*X toma a atitude de tomar as providências para realizar a tarefa Y*”. Isso remonta ao clássico porém esquecido trabalho de Ross (1969), que propunha eliminar a distinção entre verbos auxiliares e principais. Remetemos o leitor ao trabalho de Trautwein (2013), que testou e elaborou essa nossa idéia, ampliando significativamente a base empírica para muito além de (35), incluindo construções com sequências de dois ou três auxiliares distintos, seguidos de VP ou de *Small Clause*, e descreveu e analisou detalhes dos padrões de múltipla realização do sujeito.<sup>27</sup>

#### 9.4. Descartando a Hipótese da Interferência de Infinitivo Flexionado

Antes de concluir este artigo, precisamos apresentar e discutir uma proposta de análise alternativa que parece emergir imediatamente a partir da observação dos primeiros dados, mostrando-se atraente à primeira vista, mas que, após inspecionados os detalhes, revela-se insustentável empiricamente e conceitualmente.

Em princípio, poderia ser levantada a possibilidade de que, em todas essas construções aqui estudadas, o IP da oração encaixada teria uma especificação de traços de infinitivo flexionado (que, em dados como “*Pedro quer ELE consertar o carro*” seria realizado com um morfema zero). Assim, o Spec/IP da encaixada seria uma posição de caso nominativo, o que tornaria possível o sujeito da encaixada exibir morfologia de caso nominativo.<sup>28</sup> Numa análise mais tradicional, baseada em PRO, essa possibilidade de o infinitivo flexionado ser o licenciador da morfologia de caso nominativo no sujeito da encaixada enfrenta problemas conceituais e empíricos.

Conceitualmente, a idéia de que o Spec/IP da encaixada seria uma posição de caso implica que tal posição não poderia ser ocupada por PRO, que, dadas as suas propriedades, não pode ter caso. Assim, a realização superficial do sujeito da encaixada não poderia ser uma re-morfologização de PRO, propriamente, mas sim uma outra categoria, capaz de exibir caso nominativo. Dado o inventário de categorias da teoria, sobram duas possibilidades. Ou o sujeito da encaixada é um *pro* remorfologizado como um pronome, ou ele é, de saída, um pronome genuíno. Ambas as

---

27. O trabalho de Trautwein (2013) inclui ainda descrições e análises de estruturas de controle dentro de adjuntos, tais como um par de exemplos a respeito do qual um parecerista nos indagou: “O João saiu depois que lavou o carro”/“O João saiu depois que ELE lavou o carro”. No primeiro caso, o controle é obrigatório. No segundo, é opcional. De acordo com a nossa análise, essa opcionalidade se dá apenas em termos de capacidade gerativa fraca. Em termos de capacidade gerativa forte, teríamos duas estruturas distintas para “O João saiu depois que ELE lavou o carro”. Numa delas, teríamos, dentro do adjunto, um pronome genuíno, que, dado o Princípio B e a estrutura global da construção, pode ser correferente ao sujeito da matriz, mas não precisa sê-lo. Aqui, o pronome está focalizado, o que é possível de ocorrer com qualquer pronome, de modo totalmente independente de mecanismos de controle ou movimento. Na outra estrutura, teríamos o pseudo-pronome ELE como uma remorfologização de uma cópia baixa de “o João”, numa estrutura de controle dentro de adjunto, envolvendo movimento e foco estreitíssimo sobre o papel temático de ‘lavador do carro’. Trautwein (2013) analisa esses casos em termos de Movimento Lateral (Nunes 1995, 1999, 2001, 2004; Hornstein 2001; Nunes & Uriagereka 2000), de modo semelhante a como Rodrigues (2004a) analisou exemplos do tipo “O João saiu depois que lavou o carro”. Trautwein (2013) analisa ainda casos mais complexos, como “Os meninos querem ELES lavarem o carro depois que ELES arrumarem a casa”.

28. Para mais detalhes sobre o infinitivo flexionado em Português, remetemos o leitor a Raposo (1987a, 1987b), Galves (2001), e Rodrigues & Hornstein (2011).



possibilidades são problemáticas, pois pressupõem que o sujeito da encaixada seja uma categoria que, por definição, deve obedecer ao Princípio B da Teoria de Ligação. Conforme demonstramos ao longo do artigo, o sujeito da encaixada, nessas construções, é controlado pelo sujeito da matriz, contrariamente ao que se esperaria se ele fosse regulado pelo Princípio B.

O problema é bastante saliente mas pode parecer sutil ao primeiro olhar, a ponto de induzir um observador menos atento ao erro. Se o núcleo do IP da encaixada for especificado como infinitivo flexionado, não apenas ele é capaz de checar o caso NOM do DP que ocupar o seu especificador, como também ele faz com que o IP encaixado se torne o domínio de ligação daquele DP. Se o DP no Spec/IP da encaixada infinitiva for um pronome, ele deve estar livre para obedecer ao Princípio B. É aqui que os detalhes são importantes.

À primeira vista, o fato de haver correferência entre “Pedro” e “ELE” na sentença “Pedro quer ELE consertar o carro” pode parecer evidência a favor de que “ELE” é um pronome que obedece ao Princípio B, em virtude do alegado infinitivo flexionado, já que o domínio desse pronome se restringiria à oração encaixada, permitindo a correferência entre o alegado pronome e o sujeito da matriz. Entretanto, é importante observar que, de acordo com o Princípio B, esse alegado pronome, sendo livre num domínio de ligação definido pelo IP encaixado, poderia ser correferente ao sujeito da matriz, mas não haveria nada que obrigasse essa correferência.

O problema é exatamente o fato de tal correferência ser obrigatória, não opcional. Ou seja, a estrutura como um todo exibe características de Controle, em que o elemento com aparência de pronome tem comportamento anafórico. Uma análise baseada na hipótese de interferência de infinitivo flexionado, como esboçada aqui, não consegue prever o padrão observado.

Essa hipótese da interferência do infinitivo flexionado também poderia ser evocada numa análise baseada em Controle como Movimento, como a nossa. Não vemos ganho conceptual algum nisso, posto que, de qualquer modo, as cópias teriam todas que portar o traço NOM a ser checado no elo mais alto da cadeia. Ademais, a análise resultante também enfrentaria o problema discutido acima acerca da correferência obrigatória entre o sujeito da encaixada e o sujeito da matriz.

Por fim, demonstramos que a hipótese da interferência do infinitivo flexionado não se sustenta empiricamente diante das evidências oriundas da própria morfologia verbal. Exemplos como “Pedro quer ELE consertar o carro” não são apropriados para testar a hipótese em questão, pois não nos permitem distinguir o morfema zero de terceira pessoa do singular de uma ausência de flexão. É preciso, portanto, observar dados em que o sujeito seja plural, como alguns que apresentamos na Seção 3 acima, repetidos em (36) abaixo.

- (36) a: Os professores<sub>j</sub> querem ELES<sub>j/\*k</sub> pintar as paredes da escola.  
b: Vocês<sub>j</sub> querem VOCÊS<sub>j</sub> apagar as luzes?  
c: Nós<sub>j</sub> queremos A GENTE<sub>j</sub> trocar a fechadura da porta.

Um análogo a (36a) exibindo morfologia de infinitivo flexionado na oração encaixada é perfeitamente aceitável, como em (37a). Quanto a (36b) e (36c), suas versões com morfologia de infinitivo flexionado não são igualmente aceitáveis, exibindo graus de degradação.

- (37) a: Os professores<sub>j</sub> querem **ELES**<sub>j/\*k</sub> pintarem as paredes da escola.  
 b: ? Vocês<sub>j</sub> querem **VOCÊS**<sub>j</sub> apagarem as luzes?  
 c: \*? Nós<sub>j</sub> queremos **NÓS**<sub>j</sub> trocarmos a fechadura da porta.

Os fatos em (37) são bastante interessantes e misteriosos. Em (38), temos os mesmos exemplos, com morfologia de infinitivo flexionado, mas sem a presença do pseudo-pronome focalizado e controlado.

- (38) a: \* Os professores querem pintarem as paredes da escola.  
 b: \* Vocês querem apagarem as luzes?  
 c: \* Nós queremos trocarmos a fechadura da porta.

Ainda que ligeiramente marginal, o dado (37b) é muito mais aceitável que (38b). O contraste entre (37a) e (38a) é ainda mais acentuado. Por ora, não sabemos qual seria a causa disso. Em princípio, o esperado seria que todos os exemplos em (37) fossem igualmente agramaticais, pois, como exemplificado em (38), o infinitivo flexionado não é possível num contexto estrutural de complemento de verbos de controle, mesmo na total ausência do fato gramatical que estamos estudando aqui (pseudo-pronome controlado e focalizado). Qualquer que seja o motivo de os três exemplos em (38) serem inaceitáveis, o efeito de melhoramento de aceitabilidade em (37a) – e, em menor escala, em (37b) – é surpreendente e misterioso.

Entretanto, qualquer que seja o motivo por trás disso, não há razão alguma para pensarmos que a hipótese da interferência do infinitivo flexionado possa solucionar as nossas questões centrais. Além do problema discutido acima em relação ao comportamento estritamente anafórico do pseudo-pronome, não previsto pelo Princípio B, a mera existência dos dados em (36) seria um contra-exemplo fatal para a hipótese da interferência do infinitivo flexionado, posto que, naqueles exemplos, não se atesta flexão de plural no verbo infinitivo cujo sujeito é plural. Isso indica que o fenômeno aqui sob investigação é desencadeado por mecanismos independentes do infinitivo flexionado.

Finalmente, conforme nos foi apontado por um parecerista anônimo, a agramaticalidade de dados como “\**O João quer OS MENINOS lavarem o carro*” – com um DP pleno no sujeito da encaixada – é evidência adicional e cabal de que o fenômeno aqui investigado não se relaciona com infinitivo flexionado, já que o infinitivo flexionado é capaz de licenciar DPs plenos na posição de sujeito (e.g. “*Eu vi os meninos lavarem o carro*”).

## 10. CONCLUSÃO

Diante do exposto acima, concluímos que as construções do PB envolvendo “pronome focalizado e controlado” constituem evidência adicional para a *Teoria de Controle por Movimento*, e envolvem remorfologização de uma cópia baixa da cadeia de movimento do sujeito, sempre desencadeada pela presença de foco estreitíssimo incidindo sobre o papel temático que aquela cópia recebe no domínio encaixado, com o objetivo de prover material morfológico à cópia afetada, para que, em PF, ela possa portar o acento prosódico associado ao foco. Apesar da aparência de pronome do sujeito da encaixada, tais construções não são contra-exemplos para o Princípio B da Teoria de Ligação, pois não envolvem pronomes genuínos, mas sim um tipo de remorfologização que faz emergir um pseudo-pronome.

# INTERPLAY BETWEEN FOCUS, MORPHOLOGY AND CONTROL IN BRAZILIAN PORTUGUESE: FURTHER EVIDENCE FOR THE MOVEMENT THEORY OF CONTROL

## ABSTRACT

The aim of this work is to account for sentences like “Pedro quer ELE consertar o carro” in Brazilian Portuguese (roughly, “Peter wants to fix the car all by himself”). In such constructions, the subject of an embedded infinitival clause is instantiated by a DP with morphophonological properties of a nominative pronoun, necessarily correferential with the matrix subject (like in control structures, apparently violating Binding Principle B). Grounded on the Copy Theory of Movement and the Movement Theory of Control, our analysis derives such properties from the interaction between: (i) focalization; (ii) the rationale underlying deletion of chain links; e (iii) morphology.

**KEY WORDS:** Control, Movement, Focus, Pseudo-Pronoun

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boeckx, C. & N, Hornstein. (2003) Reply to “Control is not movement.” *Linguistic Inquiry* 34: 269-280
- Boeckx, C. & N, Hornstein. (2004) Movement under control. *Linguistic Inquiry*, 35: 431-452.
- Boeckx, C. & N, Hornstein. (2006a) Control in Icelandic and theories of control. *Linguistic Inquiry* 37: 591-606.
- Boeckx, C. & N, Hornstein. (2006b) The virtues of control as movement. *Syntax*, 9: 118-130.
- Boeckx, C. & N, Hornstein. (2007) On (non-)obligatory control. In: W. D. Davies & S. Dubinsky (eds.). *New Horizons in the Analysis of Control and Raising*. Dordrecht: Springer, 251-262.
- Boeckx, C., N. Hornstein & J. Nunes. (2007) Overt copies in reflexive and control structures: a movement analysis. *University of Maryland Working Papers in Linguistics* 15: 1-45. <[www.ling.umd.edu/publications/volume15](http://www.ling.umd.edu/publications/volume15)>
- Boeckx, C., N. Hornstein & J. Nunes. (2008) Copy-reflexive and copy-control constructions: a movement analysis. *Linguistic Variation Yearbook*, 8: 61-100.
- Boeckx, C., N. Hornstein & J. Nunes. (2010a) Icelandic control really is A-movement: reply to Bobaljik and Landau. *Linguistic Inquiry*, 41(1): 111-130.
- Boeckx, C., N. Hornstein & J. Nunes. (2010b) *Control as Movement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chomsky, N. (1981) *Lectures on Government and Binding: the Pisa Lectures*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge: The MIT Press.

- Chomsky, N. (2000) Minimalist inquiries: the framework. In: R. Martin, D. Michaels & J. Uriagereka (eds.). *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge: The MIT Press, 89-155.
- Chomsky, N. (2001) Derivation by phase. In: Michael Kenstowicz (ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge: The MIT Press, 1-52.
- Corver, N. & J. Nunes. (2007) *The Copy Theory of Movement*. Amsterdam: John Benjamins.
- den Dikken, M. (2007) Phase extension: contours of a theory of the role of head movement in phrasal extraction. *Theoretical Linguistics*, 33: 1-41.
- Galves, C. (2001) Infinitivo flexionado e legitimação de AGR. In: C. Galves. *Ensaio Sobre as Gramáticas do Português*. Campinas: Editora da UNICAMP, 181-194.
- Hale, M. & A. Marantz. (1993) Distributed morphology and pieces of Inflection. In: K. Hale & S. Keyser (eds) *The view from building 20*. Cambridge: The MIT Press, 111-176
- Halle, M. & A. Marantz. (1994). Some Key Features of Distributed Morphology. *MIT Working Papers in Linguistics*, 21, 275-288.
- Hornstein, N. (1995) *Logical Form: From GB to Minimalism*. Oxford: Blackwell.
- Hornstein, N. (1999) Movement and control. *Linguistic Inquiry*, 30: 69-96.
- Hornstein, N. (2001) *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Oxford: Blackwell.
- Hornstein, N. (2003) On control. In: Randall Hendrick (ed.). *Minimalist Syntax*. Oxford: Blackwell, 6-81.
- Hornstein, N. (2007) Pronouns in minimal setting. In: N. Cover & J. Nunes (eds). *The Copy Theory of Movement*. Amsterdam: John Benjamins, 351-385.
- Hornstein, N. & M. Polinsky. (2010a) *Movement Theory of Control*. Amsterdam: John Benjamins.
- Hornstein, N. & M. Polinsky. (2010b) Control as Movement: across languages and constructions. In: N. Hornstein & M. Polinsky (eds). *Movement Theory of Control*. Amsterdam: John Benjamins, 1-41.
- Kratzer, A. (1996) Severing the external argument from its verb. In: J. & L. Zaring (eds). *Phrase structure and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer, 109-137.
- Lasnik, H. & J. Uriagereka (1988) *A Course in GB syntax: Lectures on Binding and Empty Categories*. Cambridge: The MIT Press.
- Lazzarini Cyrino, J. P. (2012) Inserção tardia de vocabulário e estratégias de reflexivização. *Anais do X Encontro do CELSUL*. <[http://celsul.org.br/Encontros/10\\_index.htm](http://celsul.org.br/Encontros/10_index.htm)>

- Menuzzi, S. (2012) Algumas observações sobre foco, contraste e exaustividade. *Revista Letras*, 86: 95-121.
- Mioto, C. (2004) Focalização e quantificação. *Revista Letras*, 6: 169-189.
- Nunes, J. (1995) *The copy theory of movement and linearization of chains in the minimalist program*. Ph.D. dissertation. University of Maryland.
- Nunes, J. (1999) Linearization of chains and phonetic realization of chain links. In: S. Epstein & N. Hornstein (eds.). *Working Minimalism*. Cambridge: The MIT Press, 217–249.
- Nunes, J. (2001) Sideward movement. *Linguistic Inquiry* 31(2): 303-344.
- Nunes, J. (2004) *Linearization of Chains and Sideward Movement*. Cambridge: The MIT Press.
- Nunes, J. & J. Uriagereka (2000) Cyclicity and Extraction Domains. *Syntax*, 3: 20-43.
- Pietroski, P. (2005) *Events and Semantic Architecture*. Oxford: Oxford University Press.
- Raposo, E. (1987a) Case Theory and Infl-to-Comp: the inflected infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry*, 18: 85-109.
- Raposo, E. (1987b) Romance infinitival clauses and case theory. In: C. Neidle & R. A. Nuñez Cedeño (eds.). *Studies in Romance Languages*. Dordrecht: Foris, 237–249.
- Rizzi, L. (1997) The fine structure of left periphery. In: L. Haegeman (ed.). *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer, 281-337.
- Rodrigues, C. (2004a) *Impoverished morphology and A-movement out of case domains*. Ph.D. dissertation. University of Maryland.
- Rodrigues, C. (2004b) Thematic Chains. *D.E.L.T.A.*, 20(1): 123-147.
- Rodrigues, C. (2007) Agreement and flotation in partial and inverse partial control configurations. In: W.D. Davies & S. Dubinsky (eds.). *New Horizons in the Analysis of Control and Raising*. Dordrecht: Springer, 213-229.
- Rodrigues, C. (2010) Possessor raising through thematic positions. In: N. Hornstein & M. Polinsky (eds.) *Movement Theory of Control*. Amsterdam: John Benjamins, 120-146.
- Rodrigues, C. & N. Hornstein. (2011) Epicene agreement and inflected infinitives when the data is ‘under control’: a reply to Modesto (2010). Unpublished manuscript: University College London and University of Maryland. <<http://ling.auf.net/lingbuzz/001224>>
- Ross, J. R. (1969) *Auxiliaries as main verbs*. In: W. Todd. (ed.) *Studies in philosophical linguistics: series one*. Evanston: Great Expectations Press, 77-104.

Torrego, E. (1996) On quantifier floating in control clauses. *Linguistic Inquiry*, 27(1): 111-126.

Trautwein, M. (2013) *Dependências Morfossintáticas entre Núcleos verbais em Sequência e a Dupla Realização do Sujeito: auxiliares como verbos de controle*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná.